



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)
N.º 05/2011

Dispõe sobre o Relatório de Gestão da Universidade
Federal do Tocantins - Exercício 2010.

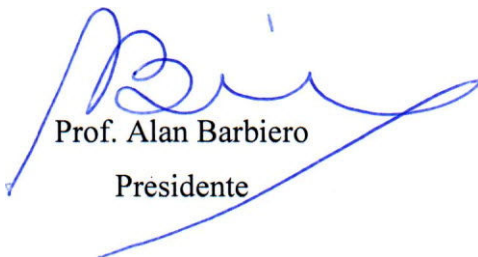
O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT),
reunido em sessão extraordinária no dia 30 de março de 2011, no uso de suas atribuições legais e
estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins - Exercício
2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 30 de março de 2011.


Prof. Alan Barbiero
Presidente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

Março de 2011

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO 2010**

Palmas, Março de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2010

Administração Superior da UFT

Alan Barbiero
Reitor

José Expedito Cavalcante
Vice-Reitor

Isabel Cristina Auler Pereira
Pró-Reitora de Graduação

Márcio Antônio da Silveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Marluce Zacariotti
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

José Pereira Guimarães Neto
Pró-Reitora de Administração e Finanças

Rafael José de Oliveira
Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Valéria Gomes Momenté
Pró-Reitora de assuntos Estudantis

Tarso da Costa Alvin
Chefe de Gabinete

FICHA TÉCNICA

Elaboração e Coordenação:

Prof. Rafael José de Oliveira – Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Prof. Fernán Vergara – Diretor de Planejamento

Rony Barbosa de Aquino – Coordenação de Planejamento e Orçamento

Ana Carolina Falcão Braga - Coordenação de Estatística e Informação

Idelma de Melo Rodrigues Abreu – Coordenação de Planejamento e Orçamento

Radi Melo Martins – Coordenação de Estatística e Informação

LISTA DE SIGLAS

COPESE – Comissão Permanente de Seleção
CTE – Centro de Estudos Educacionais
DAI – Diretoria de Assuntos Internacionais
DDH – Diretoria de Desenvolvimento Humano
DICOM – Diretoria de Comunicação
Dirad – Diretoria de Administração
DOC – Diretoria de Obras
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
Fapto – Fundação de Amparo a Pesquisa do Tocantins
Proad – Pró-reitoria de Administração
Proap – Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento
Proest – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
Proex – Pró-reitoria de Extensão
Prograd – Pró-reitoria de Graduação
Propesq – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Descrição sumária do Relatório	2
2. IDENTIFICAÇÃO.....	5
3. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
3.1 Responsabilidades institucionais.....	6
3.2 Estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	10
3.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	12
3.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UFT	12
3.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UFT	15
3.3.3 Programação Orçamentária da Despesa.....	22
3.3.3.1 Programação de Despesas Correntes	22
3.3.3.2 Programação de Despesas de Capital.....	23
3.3.3.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	24
3.3.3.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	25
3.3.4 Execução Orçamentária da Despesa	26
3.3.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	26
3.3.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	30
3.3.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	30
3.3.4.2.1 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	30
4. RESTOS A PAGAR E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	32
5. INDICADORES DE DESEMPENHO	33
5.1. Metodologia	33
5.1.1. Despesas Correntes do Tesouro/Aluno Equivalente (DCTA)	33
5.1.1.1. Despesas Correntes	33
5.1.1.2. Alunos de Graduação Equivalentes	33
5.1.1.3. Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI).....	33
5.1.1.4. Alunos de Residência em Tempo Integral (ARTI)	33
5.1.2. Alunos em Tempo Integral (ATI) por Professor Equivalente (ATID)	34

5.1.2.1. Alunos de Graduação em Tempo Integral (AGTI)	34
5.1.2.2. Número de Professores Equivalentes	34
5.1.3. Alunos em Tempo Integral (ATI) por Funcionários Equivalentes (ATIF)	34
5.1.3.1. Número de Funcionários Equivalentes	34
5.1.4. Funcionários Equivalentes por Professor Equivalente (RFD)	35
5.1.4. Funcionários Equivalentes por Professor Equivalente (RFD)	35
5.1.5. Grau de Participação Estudantil (GPE)	35
5.1.6. Grau de envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	35
5.1.7. Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação – CCAPES	35
5.1.8. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	35
5.1.9. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	36
5.2. Resultados	36
6. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	41
6.1 Detalhamentos dos Contratos de Terceirização de Serviços	43
6.2. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	46
6.3. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	46
8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS	51
9. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”	55
10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	56
10.1 Planejamento da área	56
10.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos	57
10.3 Contratações e aquisições de materiais e serviços de TI	58
10.4 Desenvolvimento e produção de sistemas	59
10.5 Quadro de desempenho das atividades de TI	61
11. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	63
12. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	64
13. MEDIDAS TOMADAS PARA AS RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	73
14. RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES	76
15. RELATÓRIO DE CORREIÇÃO	77
15.1 Sindicância	77
15.2 Processos Administrativos Disciplinares	86
16. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES	89

16.1. Programa de Formação de Professores para Educação Básica do Estado do Tocantins – PARFOR	89
16.2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID.....	90
16.3. Programa de Capacitação e qualificação dos Servidores da Universidade.....	91
16.4 Programa Institucional de Monitoria – PIM	92
16.5 Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI.....	92
16.6 Programa Educação Tutorial – PET.....	93
16.7 Programa Educação de Semanas Acadêmicas	93
16.8 Programa Bolsa Permanência	94
16.9 Programa de Bolsas Estágio.....	95
16.10 Programa de Auxílios para a Participação Estudantil em Atividades Acadêmicas, Científicas, Culturais E Político-Acadêmicas.....	95
16.11 Programa de Bolsas Iniciação Científica - PIBIC.....	96
16.12 Programa de Apoio Financeiro a Participação de Pesquisadores em Congresso Científicos.....	97
16.13 Professores Substitutos	97
16.14 Conclusão.....	98
ANEXOS	99

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma Simplificado da Universidade Federal do Tocantins	1
Figura 2 – Localização dos sete campi da UFT	7
Figura 3– UFT – Custo corrente – 2006 a 2010	37
Figura 4– UFT – Relação entre custo corrente e matrículas – 2006 a 2010.	38
Figura 5 - UFT – Número de Professores e Técnicos Administrativos – 2006 a 2010	38
Figura 6– UFT – relação entre professor substituto e o total de professores equivalentes.....	98

Índice de Quadros

Quadro 1– Identificação da Instituição	5
Quadro 2- Demonstrativo da Execução do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União	12
Quadro 3- Demonstrativo da Execução do Programa Apoio Administrativo.	13
Quadro 4 - Demonstrativo da Execução do Programa Brasil Escolarizado	13
Quadro 5 - Demonstrativo da Execução do Programa Gestão da Política de Educação	14
Quadro 6 - Demonstrativo da Execução do Programa Brasil Universitário	14
Quadro 7 - Demonstrativo da Execução do Programa Qualidade na Escola.....	15
Quadro 8 - Execução física das ações realizadas pela Universidade Federal do Tocantins	15
Quadro 9– Planejamento das ações do programa PNAES.....	17
Quadro 10 – Execução da ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação.....	19
Quadro 11 - Execução pedagógica dos cursos a distância.....	21
Quadro 12 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	22
Quadro 13 - Programação de Despesas Correntes	22
Quadro 14 - Programação de Despesas Capital	23
Quadro 15 - Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	24
Quadro 16 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Despesas Correntes	25
Quadro 17 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Despesas de Capital.....	26
Quadro 18 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	27
Quadro 19 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UFT	28
Quadro 20 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UFT	28
Quadro 21 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	30
Quadro 22 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos	30
Quadro 23 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	31
Quadro 24 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	32
Quadro 25 - Indicadores Primários dos anos de 2006 a 2010.....	36
Quadro 26 - Indicadores da Decisão de 2006 a 2010	37
Quadro 27 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	41
Quadro 28 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....	42
Quadro 29 - Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	42
Quadro 30 - Composição do quadro referente a estagiários	42
Quadro 31 - Contrato de serviço de limpeza e conservação: 23/2010.....	43
Quadro 32 - Contrato de serviços de vigilância: 18/2009.....	43
Quadro 33 - Contrato de serviço de recepcionistas 24/2010	43
Quadro 34 - Contrato de serviço de motorista nº 24/2008	44
Quadro 35 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	44
Quadro 36 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	45

Quadro 37 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	45
Quadro 38 - Estrutura de controles internos da UFT	49
Quadro 39 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	53
Quadro 40 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	55
Quadro 41 – Quantitativo de recursos humanos na DTI pela escolaridade	57
Quadro 42 – Quantitativo de recursos humanos na DTI pelo vínculo	57
Quadro 43 – Contratações e aquisições de materiais e serviços para TI	58
Quadro 44 - Gestão de TI da UFT	61
Quadro 45 – Demonstrativo de suprimento de fundos 2010	63
Quadro 46 - Relação dos projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio (FAPTO).....	76
Quadro 47 – Cursos e vagas oferecidos no programa - PARFOR 2010.....	89
Quadro 48 - Número de participantes do PIBID, por curso e campus.....	90
Quadro 49 - Valores pagos das bolsas do PIBID do mês de abril a outubro de 2010	91
Quadro 50 - Capacitação de Servidores	91
Quadro 51 – Bolsistas de Monitoria	92
Quadro 52 – Bolsas PIMI.....	93
Quadro 53 – Programa PET	93
Quadro 54– Programa de Semanas Acadêmicas.....	94
Quadro 55 – Programa Bolsa Permanência	95
Quadro 56 – Programa Bolsa Estágio	95
Quadro 57– Programa de Auxílios para a Participação Estudantil em Atividades Acadêmicas, Científicas, Culturais E Político-Acadêmicas	96
Quadro 58 – Programa de Auxílio Transporte Terrestre Coletivo.....	96
Quadro 59 – Programa de Iniciação científica (PIBIC/Cnpq, PIBIC/UFT, PIVIC).....	97
Quadro 60- Programa de Apoio Financeiro a Participação de Pesquisadores em Congresso Científicos	97

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem o objetivo de apresentar os atos e conseqüentes fatos administrativos da Fundação Universidade Federais do Tocantins – UFT, executados no período de janeiro a dezembro de 2010, nos mais diferentes cenários. Os dados recolhidos pela Diretoria de Planejamento – Proap – são distribuídos de forma a mostrar em detalhes todas as atividades desenvolvidas no âmbito da UFT. O presente relatório evidencia as ações desenvolvidas e os resultados obtidos.

Os resultados contidos no Relatório de Gestão servem de subsídios para uma avaliação dos trabalhos realizados pela UFT e também, mostra suas diferentes estratégias e políticas educacionais adotadas para cumprimento de seus objetivos.

A seguir é apresentado um organograma simplificado dos setores da UFT, para melhor entendimento da sua hierarquia e atividade.

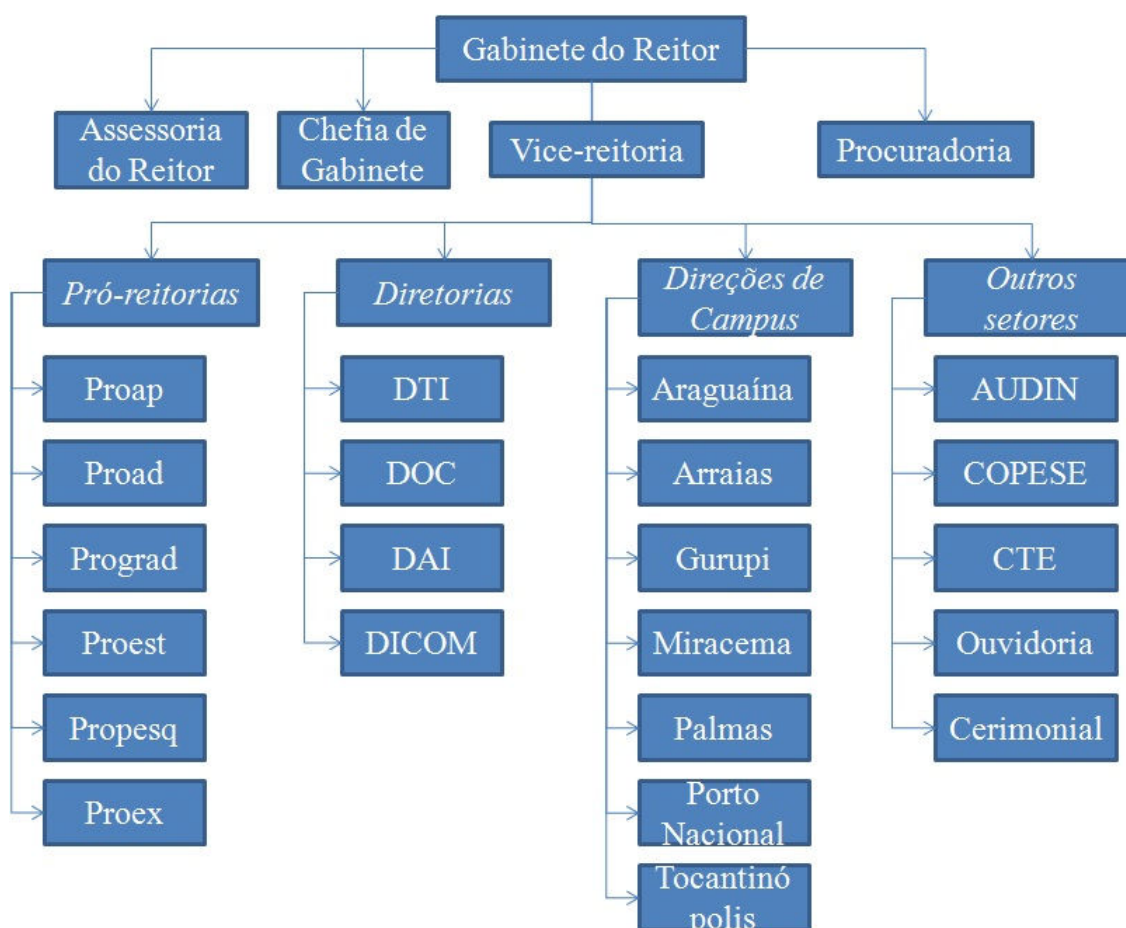


Figura 1 - Organograma Simplificado da Universidade Federal do Tocantins

Com relação ao organograma aqui apresentado, a procuradoria é um setor consultivo independente dentro da instituição.

Aqui são apresentados os setores da UFT, todos vinculados ao gabinete do reitor. Nessa estrutura existem as pró-reitorias, que estão divididas em *funções-fim*: Prograd, Propesq, Proex e Proest, e *funções-meio*: Proad e Proap.

Com relação a questões de planejamento, orçamento, finanças e pessoal, são atribuições das pró-reitorias meio. A Proap tem dentro de sua estrutura duas diretorias, a Diretoria de Avaliação e a Diretoria de Planejamento, sendo a pró-reitoria responsável pelo orçamento e coleta de informações institucionais, entre outras atividades. A Proad é composta pela Diretoria Administrativa, Diretoria de Contabilidade e Finanças, Núcleo de Manutenção de Equipamentos, Diretoria de Desenvolvimento Humano e a Comissão Permanente de Licitação. É nessa pró-reitoria que realiza as atividades financeiras e contábeis da instituição, assim como as relacionadas com o desenvolvimento humano.

As outras pró-reitorias, ditas de *funções-fim* são responsáveis pelas atividades de ensino (Prograd), pesquisa e pós graduação (Propesq), extensão (Proex) e assuntos estudantis e comunitários (Proest).

As diretorias que respondem diretamente ao gabinete do reitor são: a diretoria de tecnologia da informação (DTI), de assuntos internacionais (DAI), a de obras (DOC) e de comunicação (DICOM).

A UFT é composta por 07 (sete) campi universitários e a direção de cada campus responde pelas ações administrativas e acadêmicas do campus.

Os outros setores que vinculam diretamente ao gabinete do reitor são: a auditoria interna (Audin), o centro de tecnologias educacionais (CTE) que é responsável pelo ensino a distância da Universidade, a ouvidoria, o cerimonial e a COPESE (comissão permanente de seleção), que responde pelo vestibular, processos de seleção de docentes e técnicos administrativos entre outras atividades de seleção.

1.1 Descrição sumária do Relatório

Neste relatório são relacionados os conteúdos pertinentes do anexo II da DN/TCU/107 de 27 de outubro de 2010, parte A, B e C.

Após esta introdução é apresentada a identificação desta UJ no **item 02** deste relatório.

No **item 03** estão todas as informações a respeito do planejamento e gestão financeira e orçamentária da UFT (item 02 da parte A do anexo II).

No **item 04** deste relatório estão contidas as informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar (item 04 da parte A do anexo II).

Os indicadores de desempenho estão no **item 05** (anexo II, parte C, item 07).

As informações solicitadas a respeito dos Recursos Humanos estão no **item 06** (anexo II parte A, item 05).

No **item 07** é apresentado o funcionamento do controle interno da UFT (anexo II, parte A, item 09).

Os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens estão no **item 08** (anexo II, parte A, item 10)

No **item 09** se encontram as informações sobre o patrimônio imobiliário da UFT (conforme Anexo II, parte A, item 11).

As informações sobre a gestão de Tecnologia da Informação estão no **item 10** (conforme anexo II, parte A, item 12).

No **item 11** é relacionado o uso dos cartões de pagamento do governo federal (anexo II, parte A, item 13).

As determinações e recomendações do TCU estão no **item 12** deste relatório, conforme solicitado no Anexo II, parte A, item 15.

No **item 13** deste relatório são apresentadas as medidas tomadas para as recomendações da unidade de controle interno, como solicitado no anexo II parte A, item 16.

A relação dos projetos desenvolvidos pela fundação de apoio à pesquisa está no **item 14**, atendendo à solicitação ao item 07, parte C do Anexo II.

No **item 15** é apresentado o relatório de correição da UFT.

No **item 16** são apresentadas outras informações consideradas relevantes para este relatório.

Todas as informações contábeis solicitadas na parte B do anexo II que são pertinentes a este relatório são apresentadas em anexo, assim como a declaração do contador.

São apresentados em anexo também, a declaração da área responsável atestando as informações referente a contratos e convênios (item 07 da parte A do anexo II) e as informações sobre o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e tratamento das declarações de bens e rendas

(anexo II, parte A, item 08), o rol de responsáveis da instituição, a ata do conselho universitário dando parecer a respeito deste relatório e o parecer da unidade de auditoria interna.

Em relação aos itens que não se aplicam à UFT, tem-se o seguinte:

- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (item 03, parte A, do anexo II): a Universidade não tem passivos dessa natureza;
- Transferências mediante convênio, contrato de repasse e outros (item 06, parte A do anexo II): esta instituição não efetuou transferências dessa natureza;
- Renúncia tributária (item 14, parte A, do anexo II): não houve renúncia tributária alguma por parte da UFT.

2. IDENTIFICAÇÃO

No quadro 01 apresentamos a identificação desta instituição.

Quadro 1– Identificação da Instituição

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Fundação Universidade Federal do Tocantins		
Denominação abreviada: UFT		
Código SIORG: 52702	Código LOA: 26251-UO	Código SIAFI: 154419
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo		
Principal Atividade: Educação Superior		Código CNAE: 853
Telefones/Fax de contato:	(063) 3232-8012; (63) 3232-8011; (63) 3232-8033	
Endereço eletrônico: gabinetedoreitor@uft.edu.br proap@uft.edu.br proad@uft.edu.br ;		
Página da Internet: www.uft.edu.br		
Endereço Postal: ALCNO 14, Avenida NS 15, S/N Campus Universitário de Palmas, Bloco IV, Reitoria, CEP: 77.022-210.		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
	Não se aplica	

3. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A **Universidade Federal do Tocantins (UFT)** vem cumprindo com suas responsabilidades institucionais, por meio de uma gestão transparente no âmbito interno e externo. Isso é evidenciado, quando se analisa a execução dos programas a que se propôs, buscando sempre o desenvolvimento institucional, cumprindo dessa forma com o que foi definido no seu planejamento estratégico e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que foi atualizado para o período 2011 – 2015, no ano de 2010.

3.1 Responsabilidades institucionais

3.1.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Universidade Federal do Tocantins enquanto Instituição social e pública desempenha um relevante papel no estado, propondo alternativas para a melhoria da qualidade do ensino público nos seus diversos níveis, atuando diretamente na formação de cidadãos em condições de ingressarem no mercado de trabalho e contribuírem na construção de um país mais justo e solidário.

O planejamento estratégico da Instituição e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) criaram base para pensar a Universidade de forma sistêmica, observando a sua relevância para a sociedade. Nesse sentido, a UFT tem como missão *produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia*.

O zelo pela boa aplicação dos recursos públicos destinados à Instituição é uma obrigação para aqueles que gerenciam o patrimônio público, meritocrática e indispensável para o desenvolvimento do país. Assim, destaca-se que os recursos orçamentários destinados às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) foram incrementados ao longo dos últimos anos, através de programas e projetos do Governo Federal. No entanto, ainda enfrentamos dificuldades no que tange a escassez de recursos orçamentários devido à estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins, apresentar singularidades específicas, por ser uma instituição *multicampi*, com campus do interior distanciado em mais de 500 km, por exemplo: a distância da cidade de Palmas, onde localiza a reitoria da UFT, e a cidade de Tocantinópolis, onde localiza um Campus do interior, é de 517 km. E de Palmas a Arraias, onde localiza outro campus, é de 413 km (Figura 01).

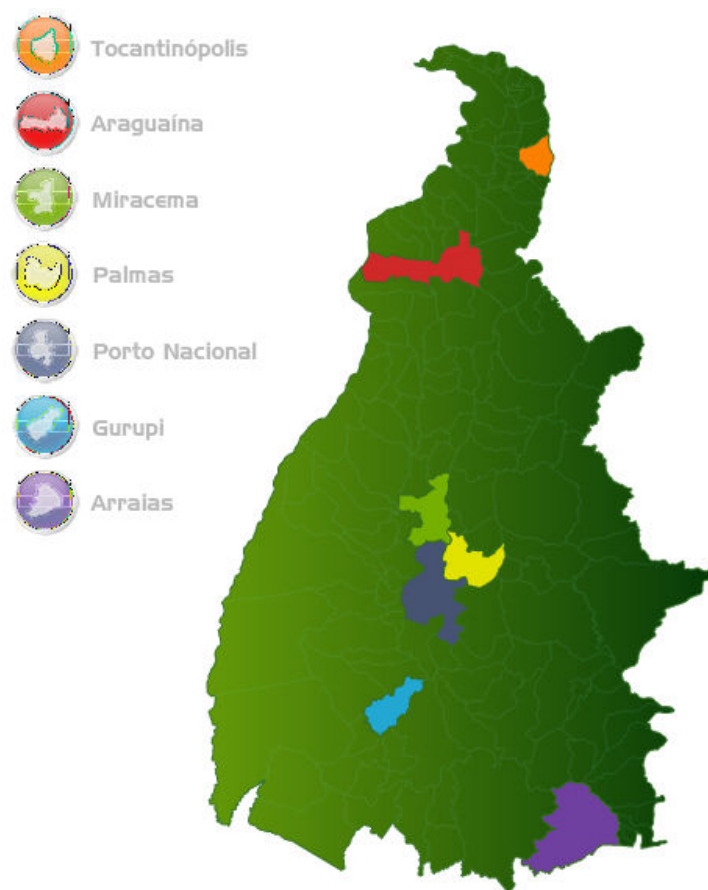


Figura 2 – Localização dos sete campi da UFT

Essa característica *multicampi*, faz da UFT uma referência para o Tocantins, uma vez que a sua *interiorização* (figura 01), com certeza, contribui indiscutivelmente para o desenvolvimento do Estado, exigindo por sua vez um esforço maior dos gestores na execução dos recursos públicos.

A estrutura da UFT aliado à quantidade de recursos disponibilizados produz elevados custos com despesas de manutenção, tais como: limpeza, segurança e com deslocamento entre os diversos *campi* e a Reitoria.

A Administração Superior da Instituição, bem como a de seus *campi*, tem desenvolvido esforços para manter o funcionamento de suas atividades-fins, lutando por suplementações orçamentárias em nível federal e estadual, através de projetos de grupo de pesquisa e extensão, o que geralmente ocorre, sendo sua disponibilidade orçamentária ocorre sempre no final do exercício.

Dessa forma, a UFT busca parcerias e convênios que possibilitaram a realização de projetos e pesquisas que não possuíam financiamento adequado por parte da União, utilizando do orçamento destinado à Universidade anualmente.

O orçamento anual da universidade financia vários **programas institucionais**, disponibilizando bolsas para alunos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, tais como: bolsas de iniciação científica, monitoria, monitoria indígena, programa de educação tutorial, estágios, bolsa permanência e auxílio para apresentação de trabalhos em congresso. Mesmo assim, ainda apresenta necessidade de recursos para alavancar mais estes programas, decisivo para sobrepor as carências dos nossos discentes.

A administração e a comunidade acadêmica UFT têm desenvolvido esforços nas mais variadas frentes de atuação para o fortalecimento institucional e desenvolvimento social do Estado do Tocantins em diversas áreas, tais como:

- **Ensino:** O *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ampliou o acesso e permanência na educação superior. No segundo semestre de 2009 começaram a funcionar 14 (quatorze) novos cursos de graduação nas cidades de Palmas, Gurupi e Araguaína, são 1.000 vagas ofertadas por ano. Em 2010 foram aportados recursos para a infra-estrutura desses cursos, assim como, aumento de corpo docente e técnicos administrativos, dando continuidade à sua implantação. Uma nova biblioteca central foi inaugurada no dia 16 de março de 2011, localizada no Campus de Palmas, com grande acervo bibliográfico (físico e virtual – acesso ao Portal de Periódico da Capes).
- **Pesquisa:** No ano de 2010 a UFT destinou recursos de apoio à pesquisa através dos programas de auxílio para apresentação de trabalhos em congressos, assim como, bolsa de iniciação científica para os discentes. A UFT tem buscado recurso no sentido de contribuir com os pesquisadores na tradução de artigos científicos, e assim, possibilitar publicações em revistas de maior impacto (*Qualis* A1 e A2, internacionais).
- **Pós-Graduação:** Em 2010, com a autorização de mais um mestrado, na área de Geografia, campus de Porto Nacional, a UFT completou 09 (nove) programas de mestrado e 01 (um) doutorado. A CAPES disponibiliza recursos para pagamento de bolsas aos alunos dos referidos programas, o que tem contribuído para fixação dos egressos na UFT, bem como apoiar os cursos de graduação, fortalecendo suas pesquisas. O recurso do programa de apoio as pós-graduação (PROAP), têm ajudado no melhor gerenciamento do programa de Pós-Graduação. Em 2010 a UFT recebeu do PROAP/CAPES o valor R\$ 183.700,00 e R\$ 486.000,00, referentes a bolsas, pelo Prodoctoral que objetiva a capacitação docente. No programa Pró-equipamentos

também para a pós-graduação, a UFT recebeu R\$ 287.719,00. Pela FINEP/MCT a pós-graduação recebeu R\$ 952.719,00.

Em 2010, continua a política de fortalecimento dos programas de mestrado e de doutorado da UFT. Tais recursos têm contribuído para a melhoria dos laboratórios de pesquisa, refletindo na melhor formação dos alunos da pós-graduação. Vale ressaltar a continuidade de 05 (cinco) programas de Doutorado Institucional (DINTER) com o objetivo específico de qualificar o corpo docente da UFT, sendo que dois estão com previsão de conclusão no ano de 2011 em que se espera a titulação de pelo menos mais 15 doutores para nossa instituição.

- **Extensão:** Diversos projetos de extensão podem ser destacados como ações que visam aproximar a universidade à sociedade, com repasse tecnológico, como a extensão rural, cursos e serviços para a comunidade, colocando o aluno e docente mais perto das necessidades da sociedade. Nesse aspecto destaca-se a Universidade da Maturidade (UMA) que promove a aproximação da UFT com os idosos, proporcionando a inclusão digital, novos níveis de convivência social e familiar, formação de grupos de dança e canto, além de atuar no campo da profissionalização por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento. Em 2010, foram liberados recursos orçamentários por meio de emenda parlamentar no valor de R\$ 700.000,00 para o custeio dos projetos desenvolvido pela Universidade da Maturidade. Esse programa já atendeu mais de 1.500 pessoas com mais de 45 anos, nos campi de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Arraias, Miracema e Tocantinópolis. Outro programa a ser destacado na área de extensão é o PADU (programa de acesso democrático à universidade), são cursos de pré-vestibular para a população carente administrados por professores voluntários (docentes e discentes da UFT).
- **Capacitação de técnicos administrativos:** A UFT desenvolve um programa de capacitação dos recursos humanos da área técnico-administrativa, visando à melhoria das condições de trabalho, a integração em todos os aspectos, o alcance do profissionalismo voltado à eficiência da atividade, para um melhor cumprimento das atividades-fins, são quesitos fundamentais buscados no dia-a-dia da Instituição.
- **Assistência estudantil:** O programa bolsa permanência tem sido de grande impacto dentro da instituição, envolvendo alunos de baixa renda nas mais variadas áreas de atuação, tanto no âmbito institucional, quanto no âmbito acadêmico (ensino, pesquisa e extensão). Esse programa forneceu em 2010 bolsas para mais de 600 alunos carentes com uma alocação recurso da ordem de 2,3 milhões de reais.

3.2 Estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A Fundação Universidade Federal do Tocantins, constituindo-se em uma unidade de patrimônio, organização administrativa e acadêmica, é formada por:

I – órgãos superiores;

II – órgãos de gestão das unidades de ensino, pesquisa, extensão e administração;

III – órgãos de coordenação de natureza acadêmica.

Cabe aos conselhos superiores deliberar questões referentes à administração, ao ensino, à pesquisa e à extensão. O Conselho Superior Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) são constituídos pelo reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores de *campi* universitários, coordenadores de cursos, representação discente, representação docente e representação dos técnicos administrativos, sendo essas três categorias indicadas pelos respectivos sindicatos.

Os conselhos estão estruturados por meio de comissões técnicas e câmaras. O Consuni é composto por quatro comissões técnicas – Comissão de Legislação e Normas, Comissão para Assuntos Estudantis, Comissão de Integração Comunitária e Comissão de Administração e Finanças.

O Consepe é composto pelas Câmaras de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, Assuntos Estudantis e Extensão.

A tomada de decisão nos *campi* é colegiada sendo deliberada pelo Conselho Diretor do Campus. Esse conselho é formado pelo diretor do campus e por todos os coordenadores dos cursos existentes no referido campus, completado com a representação discente, docente e de técnico-administrativos.

Para os cargos de reitor, diretor de campus e coordenador de curso, existe uma consulta eleitoral na comunidade. Tal pesquisa é feita obedecendo à legislação vigente e o regimento eleitoral que é aprovado no Conselho Superior Universitário – CONSUNI.

Essa estrutura permite uma gestão colegiada e descentralizada, garantindo transparência nas decisões tomadas no âmbito da Instituição, que, enquanto Instituição social, garante e preserva os princípios democráticos.

Dada a sua estrutura organizacional (dividida em seis pró-reitorias e órgãos setoriais) e a sua forma de atuação, a gestão da Universidade é pautada pelos princípios da administração pública: economicidade, moralidade, eficácia, publicidade, legalidade e impessoalidade. Nesse sentido,

busca-se incessantemente imprimir uma gestão transparente, eficiente e empreendedora, como um meio de atingir resultados que possam ser traduzidos em excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Enquanto Instituição que tem a nobre função de atuar nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade Federal do Tocantins, por meio da interlocução das pró-reitorias com os diretores de *campi* coordenadores de cursos e professores garante a indissociabilidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Garantir a excelência do ensino, da pesquisa e da extensão numa Instituição desprovida de autonomia financeira – trabalho e capital – continua sendo indubitavelmente um dos maiores gargalos enfrentados pelas Universidades brasileiras.

Além da dificuldade de lidar com as restrições orçamentárias e com a falta de autonomia administrativa, a Universidade lida diuturnamente com a insuficiência no quadro de pessoal em algumas áreas específicas e de fundamental importância para a instituição, tais como: carência de servidores docentes e técnico-administrativos, principalmente de técnicos de informática, analistas de sistemas, engenheiros, arquitetos e desenhistas.

Outro gargalo enfrentado pela instituição, gerado pela falta de autonomia das Universidades, diz respeito ao número de gratificações para os cargos da gestão. Ocorre que ao longo dos anos houve uma expressiva expansão das IFES sem a devida contrapartida financeira do Governo Federal, a exemplo, a não expansão de gratificações. A UFT enfrenta esse problema, uma vez que não existem na instituição, gratificações suficientes para os cargos existentes considerando sua estrutura *multicampi*. Esse problema se prolonga desde a sua criação, tendo em vários casos, a administração superior arregimentado quadros para cargos que sabidamente em outras IFES são remunerada com cargos de direção (CD) e na UFT, por força dessa não expansão é cedido uma gratificação menor (FG) ou até mesmo nenhuma gratificação para cargos que deveriam ser gratificados, como é o caso das coordenações e pregoeiros.

Atualmente, com as últimas determinações dos órgãos reguladores, a contratação de professores substitutos foi fortemente restritiva, aumentando a dificuldade da instituição em prover corpo docente para todas as disciplinas ofertadas nos mais variados cursos, chegando a comprometer a formatura de alguns alunos por falta de professor. Por outro lado, reconhece-se o esforço por parte do Governo Federal em aumentar o número de vagas para docentes efetivos, com o que se espera que ajude a normalizar essa situação nos próximos anos letivos.

O esforço do MEC que, por meio do programa REUNI de ampliação das IFES, aumentou o aporte de recursos nos anos de 2009 e 2010, recursos que além de serem usados para os cursos novos da UFT, vão ajudar no desenvolvimento dos cursos já existentes, com a construção e equipamentos para as bibliotecas, laboratórios multifuncionais e toda a infra-estrutura de acesso que são de uso comum dos cursos.

Como mostrado neste relatório, a UFT não tem medido esforços para fazer o melhor uso do recurso financeiro a ela disponibilizado com o firme propósito de dar as melhores condições de trabalho para professores e técnicos, assim como, de estudo aos discentes.

3.3. Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

3.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UFT

Os quadros apresentados a seguir se referem aos programas do MEC e como foram implementados pela Universidade Federal do Tocantins.

Os quadros de 02 a 07 são simples demonstrativos da execução dos programas vinculados e os seus objetivos.

Quadro 2- Demonstrativo da Execução do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União.			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.					
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.					
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
234.055.00	484.055.00	478.396.93	478.396.93	0.00	478.396.93

Fonte: SIAFI/SIMEC

Pode-se avaliar de forma positiva a execução deste programa, que busca assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes, tendo em vista que todos os inativos e pensionistas tiveram seus pagamentos realizados com sucesso durante o exercício de 2010.

Quadro 3- Demonstrativo da Execução do Programa Apoio Administrativo.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo.			
Tipo do Programa: Apoio Administrativo.					
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Público Alvo: Governo.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
3.472.210,00	6.844.445,00	6.574.198,37	6.471.635,37	102.563,00	6.471.635,37

Fonte: SIAFI/SIMEC

Neste programa estão contidas todas as ações referentes aos benefícios da folha de pagamento. A execução foi considerada positiva visto que todos os benefícios dos servidores foram pagos corretamente durante o exercício de 2010.

Quadro 4 - Demonstrativo da Execução do Programa Brasil Escolarizado

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1061		Denominação: Brasil Escolarizado.			
Tipo do Programa: Finalístico.					
Objetivo Geral: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.					
Público Alvo: Crianças, adolescentes e jovens.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.250.252,00	1.250.252,00	1.250.252,00	140.876,12	1.109.375,88	140.876,12

Fonte: SIAFI/SIMEC

Neste programa estão contidas as ações referentes á oferta de cursos na modalidade à distância, estes cursos tem como objetivo sanar uma crescente demanda por esta modalidade no estado e em diversos municípios do Tocantins, com objetivo de qualificar os professores que já trabalham na rede pública com um curso de licenciatura, bem como especializações em gestão publica.

Quadro 5 - Demonstrativo da Execução do Programa Gestão da Política de Educação

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política de Educação.			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.					
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.					
Público Alvo: Governo.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
168.000.00	168.000.00	166.296.27	150.256.71	16.039.56	138.719.42

Fonte: SIAFI/SIMEC

Neste quadro são definidos os recursos alocados na ação para realização de capacitação dos servidores da Universidade. Foi disponibilizados recursos para participações em cursos de curta duração, atualização, especializações e mestrado.

Quadro 6 - Demonstrativo da Execução do Programa Brasil Universitário

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário.			
Tipo do Programa: Finalístico.					
Objetivo Geral: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.					
Público Alvo: Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
122.828.955.00	145.847.264.00	144.554.354.93	107.907.423.79	36.646.931.14	106.811.962.11

Fonte: SIAFI/SIMEC

Nesta ação estão contidas as principais atividades da UFT, como funcionamento dos cursos de graduação quem agrupa a maior parte de todo orçamento da universidade e ainda acervo bibliográfico, expansão da universidade, projeto REUNI e etc., ou seja, os recursos para pagamento de pessoal, custeio e investimentos estão em sua maioria contidos neste programa.

Quadro 7 - Demonstrativo da Execução do Programa Qualidade na Escola

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1448		Denominação: Qualidade na Escola.			
Tipo do Programa: Finalístico.					
Objetivo Geral: Expandir e melhorar a qualidade da educação básica.					
Público Alvo: Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.536.317,00	2.536.317,00	2.533.671,40	1.220.764,39	1.312.907,01	934.055,26

Fonte: SIAFI/SIMEC

Nesta ação está contido o orçamento referente ao Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica – PARFOR, onde cursos de licenciatura são oferecidos pela Universidade Federal do Tocantins, na forma presencial (80% da carga horária total do curso) no período de férias escolares. Tem como objetivo diminuir o número de professores leigos nas escolas públicas do Tocantins.

3.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UFT

O quadro 08 está relacionado os programas e a execução física das ações realizadas pela Universidade Federal do Tocantins no ano de 2010.

Quadro 8 - Execução física das ações realizadas pela Universidade Federal do Tocantins

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
9	272	89	181	OP	-	Pessoa beneficiada	5	11	Não se aplica
12	301	750	2004	A	-	Pessoa beneficiada	1.438	887	3.391
12	301	750	20CW	A	-	Servidor beneficiado	634	0	634
12	306	750	2012	A	-	Servidor beneficiado	1.087	1.300	1.210
12	331	750	2011	A	-	Servidor beneficiado	248	239	162
12	365	750	2010	A	-	Criança atendida	240	334	273
12	128	1061	8429	A	-	Aluno matriculado	1.395	948	1.395

12	128	1067	4572	A	-	Servidor capacitado	508	200	690
12	122	1073	09HB	OP	-	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
12	364	1073	11M6	P	-	Vaga disponibilizada	5.647	5.500	0
12	364	1073	2E14	A	-	Unidade modernizada	5	5	4
12	364	1073	4002	A	-	Aluno assistido	10.000	2.896	10.000
12	364	1073	4008	A	-	Volume disponibilizado	2.800	2.800	20.000
12	364	1073	4009	A	-	Aluno matriculado	10.000	9.999	10.000
12	364	1073	7L83	P	-	Unidade construída/ ampliada	1	0	0
12	364	1073	8282	A	-	Vaga disponibilizada	1.000	1.000	1.000
12	128	1448	6333	A	-	Profissional beneficiado	5.320	1.304	0

Fonte: SITE CÂMARA/SIMEC

Uma análise global do presente quadro percebe-se que algumas **metas previstas** não foram atingidas e outras foram superadas consideravelmente. No entanto, após análise mais detalhada de cada ação conclui-se que todas as de responsabilidade da UFT tiveram sua execução orçamentária positiva sendo que os objetivos foram atingidos.

Cabe ressaltar que durante os anos anteriores, no momento do preenchimento da Proposta de Lei Orçamentária Anual, aconteceram algumas falhas na definição das metas previstas por ação. Não existia um questionamento sobre as metas definidas pelo MEC em cada um dos seus programas e as definidas pela própria instituição, considerava como *unidade de medida* o número total de: alunos, livros, laboratórios, funcionários, professores, vagas disponibilizadas naquele programa e não o que realmente conseguiria atender com o referido recurso. Assim a instituição assegura que no momento da elaboração da nova proposta orçamentária (ano 2012), executará um estudo mais detalhado de cada ação, visando uma melhor definição de metas, compatíveis com os recursos disponibilizados.

Um caso que evidencia essa falha na definição das metas pode ser observado na **ação 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação**, que visa atender os alunos das classes “C”, “D” e “E” matriculados na instituição, no entanto, tem como meta na LOA 2010 o atendimento de

10.000 alunos, que na realidade é quase a totalidade de alunos matriculados na instituição e não aqueles das referidas classes.

Para exemplificar as ações desenvolvidas com os Recursos do Programa de Assistência Estudantil – PNAES segue abaixo, o quadro 09 com a execução do programa sendo que os dados, bem como as metas descritas, são as mesmas apresentadas ao MEC, no relatório anual de recursos do PNAES, e, foi levado em consideração o atendimento de 32% dos estudantes da UFT, tendo em vista que esse número representa aproximadamente a metade dos estudantes das classes “C”, “D” e “E” matriculados na instituição, o que pode ser observado.

Quadro 9– Planejamento das ações do programa PNAES

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PNAES
Ação I: Alimentação
Descrição: Construção de 01 (um) Restaurante Universitário e 05 (cinco) Cantinas Universitárias.
Objetivo: Oferecer a alunos da UFT refeições a baixo custo.
Justificativa: A grande maioria dos estudantes usuários dos Restaurantes Universitários é de baixa renda, os quais chegam à Universidade à procura de uma formação acadêmica . Para a maioria desses estudantes a falta de um suporte de moradia e alimentação impossibilitará sua permanência na Universidade.
Meta/Resultados esperados: Democratização do espaço universitário, tornando os restaurantes e cantinas universitárias, responsáveis diretos pela redução dos índices de evasão escolar.
Início: março 2010 Término: novembro 2010
Valor do orçamento: R\$ 3.000.000,00
Metodologia aplicada: Possibilitar aos estudantes carentes o pagamento de um preço inferior ao custo real da refeição.
Estimativa de atendimento (estudantes atendidos diretamente após a finalização das obras): 3.883 alunos atendidos diretamente.

Ação II: Auxílio Individual, Auxílio Viagem Individual e Auxílio Transporte Terrestre, para a participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais e político-acadêmicas.
Descrição: Disponibilização de auxílio financeiro para a locomoção de acadêmicos com dificuldade socioeconômica para a participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais e político-acadêmicas.
Objetivo: Possibilitar a complementação do conhecimento adquirido na graduação.
Justificativa: Promover a inserção do aluno nas atividades acadêmicas como um todo, tendo em vista, que a condição socioeconômica na maioria das vezes indica o grau de oportunidades na busca pelo aprofundamento do saber adquirido na graduação.
Meta/Resultados esperados: Crescimento na participação em eventos de forma igualitária com o atendimento de pelo menos 3.883 acadêmicos de baixa renda.
Início: janeiro 2010 Término: dezembro 2010
Valor do orçamento: R\$ 710.000,00
Metodologia aplicada: Disponibilização de passagens, e, quando o caso, outro transporte, para a participação de alunos com insuficiência socioeconômica em eventos científicos, esportivos e culturais, a nível nacional, estadual e regional.

Estimativa de atendimento (estudantes atendidos diretamente): Meta pretendida: 3.883 alunos atendidos diretamente. Meta alcançada: 1.531 alunos atendidos
--

Ação III: Cultura
Descrição: Festival de Talentos Universitários da Universidade Federal do Tocantins.
Objetivo: Estimular, valorizar e revelar a produção artística de estudantes universitários da UFT em situação de fragilidade socioeconômica nas suas diversas vertentes e também de integrar a Universidade no âmbito dos seus diversos campi e a comunidade.
Justificativa: A cultura e suas diversas formas de manifestação podem atuar como fundamento da identidade, da democracia, da inclusão, da vitalização e de entendimento dos povos, enfim a cultura é fator universal de desenvolvimento e de coexistência humana.
Meta/Resultados esperados: - Contar com a participação de discentes, docentes e servidores da Universidade Federal do Tocantins dos seus 07 campi nas atividades que abrangem as diferentes formas de manifestação cultural, como artes visuais, artes cênicas, música, cinema, vídeo e literatura.
Início: 03/11/2010 Término: 05/11/2010
Valor do orçamento: R\$ 20.000,00
Metodologia aplicada: A programação tem previstas oficinas, palestras, debates, mostras e exposições, concursos, música, dança, vídeos, entre outras atrações.
Estimativa de atendimento (estudantes atendidos diretamente): Meta pretendida: 500 estudantes Meta alcançada: 500 estudantes
Infra-estrutura da instituição (instalações disponibilizadas pela IFES para a consecução da ação prevista): estrutura física da Universidade Federal do Tocantins: salas de aulas, auditórios e estacionamento (geralmente utilizadas para a realização de atividades artísticas e culturais).
Procedimento(s) de acompanhamento da execução: a) regulamentos das mostras competitivas; b) <i>Chek-list</i> para a execução das tarefas das comissões de organização do evento; c) reuniões com as equipes (comissões); d) relatórios avaliativos

Ação IV: Apoio Financeiro para Atividades Esportivas
Descrição: Apoio financeiro para a promoção e participação de acadêmicos com dificuldade socioeconômica em eventos esportivos.
Objetivo: Possibilitar a participação em atividades físicas e esportivas pelos acadêmicos de baixa renda que não têm acesso a esse tipo de atividade no ambiente externo à universidade.
Justificativa: Promover a inserção do aluno nas atividades acadêmicas como um todo, tendo em vista a condição socioeconômica.
Meta/Resultados esperados: Crescimento na participação em eventos de forma igualitária com o atendimento de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Meta pretendida: 800 estudantes Meta alcançada: 800 estudantes
Início: janeiro de 2010 Término: dezembro de 2010
Valor do orçamento: R\$ 324.773,08

Metodologia aplicada: Disponibilização de ajuda de custo para alimentação e materiais esportivos, de acordo com a demanda, para a participação de alunos com insuficiência socioeconômica em eventos e atividades esportivas a nível nacional, estadual e regional.

Ação V : Bolsa de Permanência

Descrição: Disponibilização de Bolsas de Permanência para acadêmicos com dificuldade socioeconômica.

Objetivo: Possibilitar a permanência dos acadêmicos de baixa renda na universidade, contribuindo diretamente para a redução do índice de evasão.

Justificativa: Tendo em vista a condição socioeconômica que se configura como um dos fatores que mais interferem na permanência do estudante na universidade.

Meta/Resultados esperados: Aumento significativo da permanência dos acadêmicos de baixa renda na universidade, atendendo diretamente 214 alunos.

Início: janeiro de 2010, **Término:** dezembro de 2010

Valor do orçamento: R\$ 959.258,00

Metodologia aplicada: Disponibilização de bolsas de incentivo a participação do alunado com insuficiência socioeconômica em atividades de extensão, cultura, pesquisa, institucionais, entre outras.

Estimativa de atendimento (estudantes atendidos diretamente):

Meta prevista: 214 alunos

Meta alcançada: 515 alunos

Na ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, também houve discrepância na definição da meta de 508 servidores capacitados (número de servidores da instituição no momento de preenchimento da PLOA). Podemos observar que é impossível capacitar esse quantitativo de servidores, tendo em vista que foram contemplados recursos na ordem de R\$ 168.000,00 e são realizadas muitas capacitações externas que exigem gastos com inscrições, diárias e passagens. Cabe ressaltar que nessa ação, também são realizadas capacitações internas visando a capacitação e aprimoramento do conhecimento dos servidores da UFT.

O quadro 10 apresenta um detalhamento da execução dessa ação, encaminhado pela Coordenação de Formação e Qualificação – CFQ que é o setor responsável pela gerencia deste recurso.

Quadro 10 – Execução da ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação

DETALHAMENTO DOS RECURSOS POR AÇÃO				
AÇÃO RECURSOS	META FÍSICA		META FINCEIRA	
	Prevista	Executada	Prevista	Executada
Capacitação de Serv. Pub. Federais Proc. Qualificação e Requalificação	167	200	R\$ 168.000,00	R\$ 168.101,03

A **ação 6333 – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica** – Programa PARFOR - Os cursos oferecidos pela Universidade Federal do Tocantins, que integram o Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica da Universidade Federal do Tocantins, estão sendo ministrado em regime modular, nos meses de férias dos professores, ou seja, janeiro e parte de fevereiro e no mês de julho, nos campi da UFT em Arraias, Araguaína, Miracema, Gurupi, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Com 80% da carga horária presencial e 20% da carga horária remanescente, com atividades semipresenciais e a distância, mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação. Atualmente, no estado do Tocantins, aproximadamente 12.000 professores precisam ser inseridos em programas de formação inicial, quer por não possuírem a titulação mínima exigida pela legislação educacional, quer por atuarem fora da área de formação.

A **ação 7L83 – Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior** não foi executado, pois trata de *emenda parlamentar* que não teve os limites orçamentários para empenho liberados pelo governo federal.

A **ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados** - Exames Periódicos, ainda não é desenvolvida na UFT, mas a Diretoria de Desenvolvimento Humano trabalha para oferecer um meio de propiciar esse tipo de exame aos servidores da universidade.

Na **ação 8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância** - A partir de 2006 a UFT passou a ofertar cursos na modalidade à distância e a crescente demanda por esta modalidade de ensino aliado aos investimentos feitos pelo Governo Federal por meio de lançamentos de editais fez com que a universidade assumisse um compromisso junto ao governo de fomentar a criação de cursos em EaD (Ensino a distância). Em 2010, o Governo Federal creditou no orçamento da Universidade Federal do Tocantins o montante de R\$ 1.250.252,00 que foi alocado conforme plano de trabalho **12.128.1061.8429.0017** e **PTRES 31132**. Para viabilizar a oferta dos cursos em EaD, a UFT criou com base no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e na Portaria Nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004 o Centro de Tecnologias Educacionais (CTE).

O CTE tem por finalidade implementar políticas e diretrizes da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no âmbito da UFT, bem como coordenar, supervisionar, assessorar e prestar suporte técnico na execução de atividades na área de Educação a Distância (EaD), atuando como agente de inovação dos processos de ensino e aprendizagem e no fomento à incorporação das tecnologias de informação e comunicação aos métodos didáticos pedagógicos da UFT.

Atualmente a UFT oferece quarenta e três cursos de graduação na modalidade presencial, quatro cursos à distância, dezenas de cursos de especialização, sendo que três são à distância e nove programas de Mestrado. O quadro 11 apresenta a execução pedagógica dos cursos.

Quadro 11 - Execução pedagógica dos cursos a distância

Polos	Vagas	Curso					Total
		BIOLOGIA	GESTÃO EM SAÚDE	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PÚB. MUN.	MÍDIAS EXTENSÃO	
Araguacema	Vagas Ofertadas	0	0	40	0	0	40
	Matriculados	0	0	39	0	0	39
	Desligados	0	0	0	0	0	0
Porto Nacional	Vagas Ofertadas	0	0	0	0	50	50
	Matriculados	0	0	0	0	46	46
	Desligados	0	0	0	0	22	22
Araguaína	Vagas Ofertadas	50	40	40	0	50	180
	Matriculados	39	40	32	0	45	156
	Desligados	19	0	0	0	19	38
Araguatins	Vagas Ofertadas	0	40	40	40	0	120
	Matriculados	0	30	36	19	0	85
	Desligados	0	1	0	0	0	1
Cristalândia	Vagas Ofertadas	25	0	0	0	0	25
	Matriculados	25	0	0	0	0	25
	Desligados	0	0	0	0	0	0
Dianópolis	Vagas Ofertadas	25	40	40	40	0	145
	Matriculados	11	34	40	25	0	110
	Desligados	0	0	0	0	0	0
Palmas	Vagas Ofertadas	0	40	90	65	50	245
	Matriculados	0	39	45	37	47	168
	Desligados	0	0	0	0	23	23
Guarai	Vagas Ofertadas	0	0	0	40	50	90
	Matriculados	0	0	0	31	47	78
	Desligados	0	0	0	0	9	9
Gurupi	Vagas Ofertadas	50	65	0	40	0	155
	Matriculados	25	41	0	37	0	103
	Desligados	0	0	0	0	0	0
Ananás	Vagas Ofertadas	50	0	0	0	0	50
	Matriculados	45	0	0	0	0	45
	Desligados	0	0	0	0	0	0
Arraias	Vagas Ofertadas	100	0	0	0	0	100
	Matriculados	58	0	0	0	0	58
	Desligados	0	0	0	0	0	0
Nova Olinda	Vagas Ofertadas	25	0	0	0	0	25
	Matriculados	18	0	0	0	0	18
	Desligados	0	0	0	0	0	0
Wanderlândia	Vagas Ofertadas	25	0	0	0	0	25
	Matriculados	17	0	0	0	0	17
	Desligados	0	0	0	0	0	0
UFT	Vagas Ofertadas	350	225	250	225	200	1250
	Matriculados	238	184	192	149	185	948
	Desligados	19	1	0	0	73	93

Dentre os cursos de graduação ofertados na modalidade EAD, o curso de Biologia, aprovado no 1º Edital do Programa Universidade Aberta do Brasil, já vem sendo ofertado desde 2008. Na época foram abertas 75 vagas para os pólos de Ananás, Nova Olinda e Wanderlândia, sendo 25 alunos por pólo.

Estes pólos estão localizados na região Norte do Estado do Tocantins e estão vinculados às respectivas prefeituras. Como pode ser verificado no quadro anterior, não houve um total preenchimento das vagas oferecidas nos cursos à distância. Isso pode ser explicado pela realidade do estado, em que o acesso a novas tecnologias educacionais ainda é incipiente e não é de domínio da população de mais baixa renda.

Cabe ressaltar que as demais ações tiveram sucesso tanto na sua execução orçamentária como na sua meta física uma vez que por meio delas foram realizadas as despesas com folha de pessoal bem como foram realizados os investimentos em infra-estrutura, as aquisições de equipamentos e as despesas com custeio da máquina.

3.3.3 Programação Orçamentária da Despesa

No quadro 12 está identificada a unidade orçamentária, com seu respectivo código SIAFE.

Quadro 12 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código SIAFI da UGO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	154419

3.3.3.1 Programação de Despesas Correntes

No quadro 13 é apresentado a programação das despesas correntes, dividida em grupos de despesa, referente ao exercício de 2009 e 2010.

Quadro 13 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	40.306.770,00	65.124.626,00	-	-	25.438.112,00	32.746.961,00
	PLOA	40.306.770,00	65.124.626,00	-	-	25.438.112,00	32.746.961,00
	LOA	40.306.770,00	65.124.626,00	-	-	21.482.742,00	33.796.961,00
DIT	Suplementares	28.781.224,00	22.423.000,00	-	-	5.600.065,00	4.217.544,00

	Especiais	Abertos	0,00	0,00	-	-	10.000,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
	Extraordi- nários	Abertos	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	-	-	(407.158,00)	0,00
	Outras Operações		0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
	Total		69.087.994,00	87.547.626,00	-	-	26.685.649,00	38.014.505,00

Fonte: SIAFI

3.3.3.2 Programação de Despesas de Capital

O quadro 14 apresenta a programação de despesas de capital, organizados em grupos de despesa, referentes aos exercícios de 2009 e 2010.

Quadro 14 - Programação de Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	36.020.000,00	31.468.202,00	-	-	-	-
	PLOA	36.020.000,00	31.468.202,00	-	-	-	-
	LOA	50.023.187,00	31.568.202,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		1.153.979,00	0,00	-	-	-
	Especiais	Abertos	669.329,00	0,00	-	-	-
		Reabertos	0,00	0,00	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	-	-	-
		Reabertos	0,00	0,00	-	-	-
	Créditos Cancelados		(12.512.868,00)	0,00	-	-	-
Outras Operações		0,00	0,00	-	-	-	-
Total		39.333.627,00	31.568.202,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

3.3.3.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

No quadro 15 é apresentado um resumo da programação de despesas e reserva de contingência.

Quadro 15 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		65.744.882,00	97.871.587,00	36.020.000,00	31.468.202,00	-	-
	PLOA		65.744.882,00	97.871.587,00	36.020.000,00	31.468.202,00	-	-
	LOA		61.789.512,00	98.921.587,00	50.023.187,00	31.568.202,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		34.381.289,00	26.640.544,00	1.153.979,00	0,00	-	-
	Especiais	Abertos	10.000,00	0,00	669.329,00	0,00	-	-
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
	Créditos Cancelados		(407.158,00)	0,00	(12.512.868,00)	0,00	-	-
	Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Total			95.773.643,00	125.562.131,00	39.333.627,00	31.568.202,00	-	-

Fonte: SIAFI

Ao analisarmos o orçamento para outras despesas correntes 2010 (quadro 13) percebe-se que não houve alteração do valor proposto pela UO em relação ao constante da PLOA perfazendo o montante de R\$ 32.746.961,00. No entanto houve um aumento de R\$ 1.050.000,00 desse montante após aprovação da LOA. Esse valor representa o orçamento das emendas parlamentares aprovados no exercício de 2010. Cabe ressaltar que durante o exercício foram liberados créditos suplementares, quadro 13, no valor de R\$ 4.217.544,00 para outras despesas correntes que possibilitou maior eficiência nos gastos com custeio da máquina durante o exercício.

Para despesas com pessoal não houve alterações nos valores previstos pela UO e contemplados na PLOA bem como nos aprovados na LOA, conforme quadro 13. Entretanto percebe-se a existência de créditos suplementares no montante de R\$ 22.423.000,00 sendo que esse aumento nos recursos deve-se, principalmente, à contratação de novos servidores técnicos administrativos e professores o que resulta no aumento de gasto com folha de pessoal da instituição.

Ao analisarmos os recursos para despesas de capital em 2010 nota-se que não houve alteração no valor previsto pela UO em relação ao contemplado na PLOA (R\$ 31.568.202,00).

Comparando as dotações orçamentárias dos dois exercícios percebe-se que houve um aumento significativo das despesas correntes em 2010 em relação a 2009. Isso pode ser explicado, pelas políticas públicas assumidas pelo Governo Federal nos últimos anos, bem como na contratação de novos professores e servidores para atender demanda da instituição. Entretanto, nota-se uma redução nas dotações autorizadas para despesas de capital em 2010, produzindo um impacto no crescimento da UFT, mas não prejudicou o andamento dos investimentos em infra-estrutura e aquisição de equipamentos. Neste período foram construídos Blocos de Apoio Administrativo, Blocos de Salas de Aulas, Laboratórios dentre outras obras, bem como, foram adquiridos mobiliários de escritório e laboratório e equipamentos para atender demanda de toda universidade que possibilitaram a melhoria da sua infra-estrutura que conseqüentemente resulta na melhoria dos serviços prestados à comunidade interna e externa, possibilitando um aumento da qualidade do ensino, e do ambiente de trabalho.

No orçamento aprovado para 2009 um valor significativo de emendas parlamentares que não tiveram os limites para empenho liberados pelo governo federal.

3.3.3.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O quadro 16 apresenta a movimentação orçamentária por grupo de despesa para despesas correntes.

Quadro 16 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Despesas Correntes

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	20121	8810	-	-	41.399,06
		26101	2272	-	-	11.963,08
		26101	90	-	-	37.230,00
		26101	2C68	-	-	117.796,14
		26291	487	-	-	328.900,00
		26291	20CV	-	-	14.054,90
		26298	86AD	-	-	583.148,89
		26298	8750	-	-	166.947,50
		26298	8741	-	-	509.824,48
		26298	2A74	-	-	29.554,25
		26298	509	-	-	2.576.000,00
		36901	8628	-	-	400.000,00
		56101	1B00	-	-	24.956,00

Fonte: SIAFI Gerencial

O quadro 17 apresenta a movimentação orçamentária por grupo de despesa para despesas de capital.

Quadro 17 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Despesas de Capital

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	20121	8810	14.340,84	-	-
		24101	6492	9.472.022,00	-	-
		26101	2C68	26.071,32	-	-
		26291	4019	287.094,18	-	-
		26298	8429	84.900,00	-	-
		56101	1B00	9.045,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Como podemos notar nos quadros 16 e 17 a UFT não concedeu créditos para nenhuma entidade no exercício de 2010. No entanto recebeu um montante de R\$ 4.841.774,30 para despesas de custeio e R\$ 9.893.473,34 para investimentos. Esses recursos foram relevantes para a universidade desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

Cabe destacar ainda a descentralização realizada no valor de R\$ 9.472.022,00, referente à **ação 6492 - Programa Tocantins Digital** que tem por objetivo disponibilizar ao cidadão Tocantinense de baixa renda acesse a rede mundial de computadores, visando realizar prioritariamente a inclusão digital da população que habita as regiões menos favorecidas, fomentando a inclusão social, e estimulando a geração de emprego e renda, como forma de balizar o desenvolvimento sustentável da região, bem como fornecer acesso ao conhecimento produzido pela Universidade Federal do Tocantins. Este projeto é de extrema importância para UFT, pois aproxima mais o cidadão tocaninense dos trabalhos de ensino, pesquisas e extensão propostos pela instituição.

3.3.4 Execução Orçamentária da Despesa

3.3.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

No quadro 18 estão apresentadas as despesas liquidadas e pagas nos anos de 2009 e 2010.

Quadro 18 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	22.351.971,02	15.142.533,65	21.433.350,98	14.159.904,75
Convite	0,00	146.676,12	0,00	146.676,12
Tomada de Preços	4.158.440,19	1.493.293,37	4.158.440,19	1.371.904,76
Concorrência	7.254.666,23	1.481.544,23	7.254.666,23	1.416.633,41
Pregão	10.938.864,60	11.475.389,78	10.020.244,56	10.679.060,31
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	545.630,15	0,00	545.630,15
Contratações Diretas	4.455.007,03	3.832.134,19	4.449.936,32	3.423.716,69
Dispensa	4.282.037,50	3.355.571,22	4.276.966,79	2.962.036,66
Inexigibilidade	172.969,53	476.562,97	172.969,53	461.680,03
Regime de Execução Especial	6.098,54	5.569,32	6.098,54	5.569,32
Suprimento de Fundos	6.098,54	5.569,32	6.098,54	5.569,32
Pagamento de Pessoal	73.041.489,39	96.645.761,44	73.041.489,39	96.645.761,44
Pagamento em Folha	72.477.668,32	95.776.891,85	72.477.668,32	95.776.891,85
Diárias	563.821,07	868.869,59	563.821,07	868.869,59
Outros	3.351.068,37	743.354,71	3.162.957,62	740.693,01

Informamos que os valores da linha “Registro de Preços” referentes ao exercício de 2010 foram extraídos conforme a seguinte metodologia: a Coordenação de Recursos Materiais nos informou o número dos processos de SRP, através desses números procedemos à consulta de todos os empenhos por processo, através da consulta CONNE no SIAFI, depois foram consultados os valores liquidados e pagos de cada empenho para chegarmos aos valores explicitados acima.

Informamos ainda que no ano de 2009, não havia no SIAFI essa consulta de empenho por processo o que acabou inviabilizando o levantamento dos dados, sendo que a única opção seria consultar empenho por empenho de todos os processos físicos, que não são poucos, para posteriormente consultarmos suas liquidações e pagamentos no SIAFI, no entanto, não há pessoal disponível para tal trabalho, dentro do tempo exigido para entrega deste relatório. Atualmente a UFT está passando por uma auditoria da Controladoria Regional da União no Tocantins – CGU, que demanda um esforço conjunto dos servidores dos setores de finanças, orçamento e compras para atender às suas solicitações.

Contudo, ressaltamos que quando da realização do próximo relatório de gestão esta instituição estará preparada para fornecer tais informações, utilizando o procedimento adotado via SIAFI para o ano de 2010.

O quadro 19 apresenta as despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UFT.

Quadro 19 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UFT

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	68.667.274,12	87.179.546,36	68.667.274,12	87.179.546,36	0,00	0,00	68.667.274,12	87.179.546,36
319001	108.031,22	253.296,97	108.031,22	253.296,97	0,00	0,00	108.031,22	253.296,97
319003	162.918,92	214.602,08	162.918,92	214.602,08	0,00	0,00	162.918,92	214.602,08
319004	901.726,89	1.064.885,64	901.726,89	1.064.885,64	0,00	0,00	901.726,89	1.064.885,64
319008	29.934,17	38.301,98	29.934,17	38.301,98	0,00	0,00	29.934,17	38.301,98
319011	55.415.446,97	70.232.944,17	55.415.446,97	70.232.944,17	0,00	0,00	55.415.446,97	70.232.944,17
319016	121.118,23	140.936,27	121.118,23	140.936,27	0,00	0,00	121.118,23	140.936,27
319091	64.979,26	53.362,79	64.979,26	53.362,79	0,00	0,00	64.979,26	53.362,79
319092	3.117,93	35.148,81	3.117,93	35.148,81	0,00	0,00	3.117,93	35.148,81
319113	11.860.000,53	15.146.067,65	11.860.000,53	15.146.067,65	0,00	0,00	11.860.000,53	15.146.067,65
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	25.618.889,98	36.920.804,88	18.312.387,60	24.562.804,45	7.306.502,38	12.358.000,43	18.090.193,80	23.632.850,08
339004	6.728,38	13.905,70	6.728,38	13.905,70	0,00	0,00	6.728,38	13.905,70
339008	191.933,96	230.733,86	191.933,96	230.733,86	0,00	0,00	191.933,96	230.733,86
339014	568.171,03	868.869,59	563.821,07	868.869,59	4.349,96	0,00	563.821,07	868.869,59
339018	516.753,00	2.243.941,69	213.959,68	385.748,61	302.793,32	1.858.193,08	196.259,68	383.211,01
339020	334.927,16	0,00	330.003,56	0,00	4.923,60	0,00	330.003,56	0,00
339030	1.200.854,93	1.136.617,79	855.391,48	421.943,78	345.463,45	714.674,01	792.958,76	405.142,48
339033	850.366,94	988.160,86	754.635,97	786.314,83	95.730,97	201.846,03	754.635,97	719.873,16
339035	66.880,00	0,00	0,00	0,00	66.880,00	0,00	0,00	0,00
339036	4.784.085,37	1.850.927,47	2.120.577,71	1.616.511,47	2.663.507,66	234.416,00	2.115.902,71	1.616.511,47
339037	6.126.251,19	12.347.414,07	5.822.652,05	7.868.455,91	303.599,14	4.478.958,16	5.815.920,82	7.521.896,57
339039	8.296.893,23	10.009.508,57	4.829.729,36	5.225.364,03	3.467.163,87	4.784.144,54	4.699.414,51	4.729.756,61
339046	1.647.024,63	4.561.460,29	1.647.024,63	4.561.460,29	0,00	0,00	1.647.024,63	4.561.460,29
339047	6.728,58	11.117,46	6.600,89	9.519,96	127,69	1.597,50	6.600,89	9.519,96
339048	1.300,00	3.000,00	1.119,96	3.000,00	180,04	0,00	1.119,96	3.000,00
339049	294.137,56	299.571,50	294.137,56	299.571,50	0,00	0,00	294.137,56	299.571,50
339093	0,00	1.224.439,70	0,00	1.224.439,70	0,00	0,00	0,00	1.224.439,70
339139	112.198,20	306.731,00	61.229,52	222.759,89	50.968,68	83.971,11	61.229,52	220.876,95
339147	613.655,82	824.405,33	612.841,82	824.205,33	814,00	200,00	612.501,82	824.081,23

Fonte: SIAFI

O quadro 20 apresenta as despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UFT.

Quadro 20 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UFT

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	37.937.286,73	31.456.818,66	16.225.972,63	4.627.002,50	21.711.314,10	26.829.816,16	15.336.364,93	4.163.248,77
449039	0,00	44.715,00	0,00	0,00	0,00	44.715,00	0,00	0,00
449051	26.968.265,89	20.280.719,26	11.450.333,42	3.108.595,72	15.517.932,47	17.172.123,54	11.450.333,42	2.922.296,29
449052	10.152.587,48	11.131.384,40	3.959.205,85	1.518.406,78	6.193.381,63	9.612.977,62	3.069.598,15	1.240.952,48
449061	816.433,36	0,00	816.433,36	0,00	0,00	0,00	816.433,36	0,00
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Após análise dos quadros anteriores conclui-se que foi positiva a execução orçamentária da UFT no exercício de 2010 principalmente se levarmos em consideração todas as dificuldades encontradas na execução do orçamento, como insuficiência de pessoal, burocracia dos tramites licitatórios, pedidos de recursos das empresas que participam do processo, provocam entraves administrativos que fazem com que uma licitação demore meses e em casos mais complexos até anos para serem concluídas.

Esses problemas acabam por prejudicar a execução orçamentária o que ocasiona um grande número de recursos inscritos em restos a pagar. A maioria das vezes as licitações, principalmente de obras, são concluídas somente no final do exercício.

Observa-se um aumento significativo dos gastos na natureza de despesa **3.3.90.37 – Locação de mão-de-obra**, que se justifica pelos contratos de maior valor financeiro da UFT pertencerem a essa rubrica, como vigilância armada, limpeza e conservação, contratação de motorista e de recepcionistas. A UFT vem crescendo em ritmo acelerado com muito investimento em infraestrutura que aumenta consideravelmente os gastos com manutenção, gerando aumento dos valores dos contratos supracitados bem como de despesas situadas na natureza de despesa **3.3.90.39 – Serviços Pessoa Jurídica**, referente ao fornecimento energia elétrica, água, manutenção de veículos e equipamentos dentre outros, o que justifica também os gastos nesta rubrica.

O aumento no gasto com diárias a servidor se deve a política de capacitação externa adotada pela UFT que visa melhoria do desempenho dos servidores por meio da participação em bons cursos de capacitação realizados no Brasil. Também cabe ressaltar que a UFT tem os seus conselhos que se reúnem mensalmente para deliberar sobre assuntos de relevância para a instituição e por ter uma estrutura *multicampi*, com sete campi distribuídos no Estado do Tocantins, acaba por gerar maiores gastos com diárias já que os membros dos *campi* do interior têm de se deslocar ao campus de Palmas onde são realizadas todas as reuniões na sede da reitoria.

Diante do exposto, conclui-se que, apesar dos problemas de morosidade nas realizações das licitações, a execução orçamentária da UFT no exercício de 2010 foi bastante positiva uma vez que as metas estipuladas pela instituição foram alcançadas e não houve nenhum corte ou contingenciamento no orçamento, portanto, a realização das atividades fins da instituição bem como o andamento das obras não foi comprometida.

3.3.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

3.3.4.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

O quadro 21 apresenta as despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro 21 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	242.505,40	132.703,29	108.171,29	121.762,92
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	121.443,27	0,00	0,00	0,00
Pregão	121.062,13	132.703,29	108.171,29	121.762,92
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.149.448,50	2.044.282,25	1.107.257,56	2.041.982,25
Dispensa	1.149.448,50	2.044.282,25	1.107.257,56	2.041.982,25
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	78.126,75	95.514,00	78.126,75	95.514,00
Pagamento em Folha	0,00	44.749,60	0,00	44.749,60
Diárias	78.126,75	50.764,40	78.126,75	50.764,40
Outras	879.323,75	310.903,76	879.323,75	310.903,76

3.3.4.2.1 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

O quadro 22 apresenta as despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro 22 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	6.561.229,60	4.841.774,30	2.184.206,49	2.498.503,30	4.377.023,11	2.343.271,00	2.142.015,55	2.485.262,93
339014	78.946,52	50.764,40	78.126,75	50.764,40	819,77	0,00	78.126,75	50.764,40
339018	894.596,00	216.386,00	814.751,97	199.532,40	79.844,03	16.853,60	814.751,97	199.532,40
339020	14.414,01	38.214,32	2.850,00	5.100,00	11.564,01	33.114,32	2.850,00	5.100,00
339030	137.755,51	32.156,95	33.679,40	7.100,00	104.076,11	25.056,95	31.478,46	7.100,00
339033	287.794,93	190.336,92	69.619,99	40.121,29	218.174,94	150.215,63	69.619,99	29.180,92
339036	241.662,32	194.263,68	105.953,78	151.020,96	135.708,54	43.242,72	105.953,78	151.020,96
339039	4.888.690,31	4.118.452,03	1.068.166,60	2.044.864,25	3.820.523,71	2.073.587,78	1.028.176,60	2.042.564,25
339147	17.370,00	1.200,00	11.058,00	0,00	6.312,00	1.200,00	11.058,00	0,00

O quadro 23 apresenta as despesas de capital por grupo de elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro 23 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	5.951.061,45	9.893.473,34	165.197,91	84.900,00	5.785.863,54	9.808.573,34	30.863,80	84.900,00
449039	0,00	805.000,00	0,00	0,00	0,00	805.000,00	0,00	0,00
449051	4.680.010,00	0,00	121.443,27	0,00	4.558.566,73	0,00	0,00	0,00
449052	1.271.051,45	9.088.473,34	43.754,64	84.900,00	1.227.296,81	9.003.573,34	30.863,80	84.900,00
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Os problemas enfrentados na execução dos recursos descentralizados são os mesmos enfrentados na execução do orçamento da UFT, ou seja, a burocracia e morosidade dos procedimentos licitatórios que como no outra justifica o alto valor inscrito em restos a pagar.

Não houve problemas na execução da grande maioria dos recursos descentralizados sendo que os projetos foram realizados com sucesso contribuindo, desta forma, para a sustentação do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

4. RESTOS A PAGAR E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O quadro 24 apresenta os restos a pagar e saldos de restos a pagar dos exercícios anteriores.

Quadro 24 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.288.326,55	0,00	1.288.326,55	0,00
2008	500.311,52	0,00	500.311,52	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	39.180.703,13	-225.263,89	31.894.114,95	7.061.324,29
2008	1.039.340,03	-28.242,34	384.182,52	626.915,17
2007	230.146,83	-216.226,83	13.920,00	0,00
Observações: Decreto de prorrogação dos restos a pagar dos anos de 2007, 2008 e 2009 - Decreto nº. 7.418, de 31 de dezembro de 2010.				

Fonte: SIAFI Gerencial

A Universidade Federal do Tocantins sempre teve o compromisso de diminuir os montantes inscritos em restos a pagar - RAP no decorrer dos anos. Mas como na maioria das instituições públicas esse problema existe, principalmente pelas dificuldades encontradas nas realizações das licitações que geralmente demoram meses para serem concluídas.

O maior volume dos recursos inscritos em RAP pertence às obras que na maioria das vezes demoram meses para serem licitadas devido à carência de pessoal e à complexidade para realização de todos os tramites administrativos. Outro fator que contribui com a extensão desses prazos são os recursos impetrados pelos concorrentes que se sentem prejudicados com os resultados e com isso há a necessidade da dilatação de prazos para o julgamento dos recursos, conforme a lei preconiza.

Outra motivação da existência saldos de RAP que ultrapassam mais de um exercício financeiro relacionados a obras se refere a licitações que tem início no termino do exercício e têm prazo de conclusão superior a um ano.

Verifica-se no quadro acima que o compromisso da UFT em diminuir os valores inscritos em RAP está sendo realizado, uma vez que ao término do exercício de 2010 não existiam mais saldos a pagar de RAP processados. No entanto ainda existem saldos a pagar de RAP não-processados dos exercícios de 2008 e 2009 sendo que os valores deste último já não se apresentam tão significativos.

5. INDICADORES DE DESEMPENHO

5.1. Metodologia

Os indicadores foram construídos com base na metodologia adotada pelo Tribunal de Contas da União, conforme segue:

5.1.1. Despesas Correntes do Tesouro/Aluno Equivalente (DCTA)

$$DCTA = \frac{\text{Despesas Correntes}}{AGE + APGTI + ARTI}$$

5.1.1.1. Despesas Correntes

Despesas correntes = {|Despesas correntes (unidade central) + Despesas correntes (HU) - |Aposentadorias e reformas (conta 319001) + Pensões (conta 319003) + Sentenças judiciais (conta 319091) – 100% das despesas correntes do HU + despesa com pessoal cedido (docente) + despesa com pessoal cedido (técnico-administrativo) + despesa com afastamento país/externo (docente) + despesa com afastamento país/externo (técnico-administrativo)|}

5.1.1.2. Alunos de Graduação Equivalentes

$$AGE = \sum_{\text{Cursos}} \left\{ \left[(NDI \times DPC) \times (1 + FR) \right] + \left[\frac{NI - NDi}{4} \times DPC \right] \times PG \right\}$$

5.1.1.3. Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)

APGTI = Número de alunos tempo integral de pós-graduação.

5.1.1.4. Alunos de Residência em Tempo Integral (ARTI)

ARTI = Número de alunos tempo integral de residência médica.

5.1.2. Alunos em Tempo Integral (ATI) por Professor Equivalente (ATID)

$$ATID = \frac{AGTI + APGTI + ARTI}{\text{Número de Professores Equivalentes}}$$

5.1.2.1. Alunos de Graduação em Tempo Integral (AGTI)

$$AGTI = \sum_{\text{Cursos}} \left\{ [(NDI \times DPC) \times (1 + FR)] + \left[\frac{NI - NDi}{4} \times DPC \right] \right\}$$

5.1.2.2. Número de Professores Equivalentes

Número de professores equivalentes = { |professores em exercício efetivo (do quadro) + professores substitutos e visitantes| - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício }

5.1.3. Alunos em Tempo Integral (ATI) por Funcionários Equivalentes (ATIF)

$$ATIF = \frac{AGTI + APGTI + ARTI}{\text{Número de Funcionários Equivalentes}}$$

5.1.3.1. Número de Funcionários Equivalentes

Número de funcionários equivalentes = { |Servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade + contratados sob a forma de prestação temporária de serviços| - servidores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício }

5.1.4. Funcionários Equivalentes por Professor Equivalente (RFD)

$$RFD = \frac{\text{Número de Funcionários Equivalentes}}{\text{Número de Professores Equivalentes}}$$

5.1.5. Grau de Participação Estudantil (GPE)

$$GPE = \frac{AGTI}{AG}$$

Onde o valor do AG é o total de alunos na graduação

5.1.6. Grau de envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)

$$GEPG = \frac{APG}{AG + APG}$$

Onde o valor do APG é o total de alunos na pós-graduação

5.1.7. Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação – CCAPES

$$CCAPES = \frac{\sum \text{Conceito de todos os cursos PG}}{\text{Número total de cursos de Pós - Graduação}}$$

5.1.8. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + 1G}{D + M + E + G}$$

5.1.9. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

$$TSG = \frac{NDI}{\text{Número total de alunos ingressantes}}$$

5.2. Resultados

Aqui são apresentados os principais indicadores de desempenho operacional estabelecidos pelo TCU.

No quadro 25 são apresentados os indicadores primários, necessários para construção dos indicadores de desempenho, que são apresentados no quadro 26. Para ambos são apresentados os valores de 2006 a 2010.

Quadro 25 - Indicadores Primários dos anos de 2006 a 2010

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2006	2007	2008	2009	2010
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	50.343.980,00	61.012.588,00	74.783.947,04	100.511.465,00	127.848.442,58
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	50.343.980,00	61.012.588,00	74.783.947,04	100.511.465,00	127.848.442,58
Número de professores equivalentes	483,50	520,00	615,50	619,50	723,00
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	397,00	776,00	831,75	900,00	978,75
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	397,00	776,00	831,75	900,00	978,75
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	8.334,00	8.550,00	8.590,00	9.280,00	9.780,00
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	56,00	109,00	172,00	145,00	222,00
Alunos de residência médica (AR)	-	-	-	-	-
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	6.706,56	7.738,48	5.736,50	5.873,48	6.651,80
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	9.021,37	11.413,13	9.432,03	7.539,36	8.815,67
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	112,00	218,00	344,00	290,00	444,00
Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI)	-	-	-	-	-

Fonte: Proap

Quadro 26 - Indicadores da Decisão de 2006 a 2010

Indicadores Decisão TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2006	2007	2008	2009	2010
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	5.540,91	5.245,63	7.649,73	12.837,77	13.807,02
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	5.540,91	5.245,63	7.649,73	12.837,77	13.807,02
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	14,10	15,30	9,88	9,95	9,81
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	17,18	10,25	7,31	6,85	7,25
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	17,18	10,25	7,31	6,85	7,25
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	0,82	1,49	1,35	1,45	1,35
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	0,82	1,49	1,35	1,45	1,35
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,80	0,91	0,67	0,63	0,68
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,00	3,00	3,00	3,07	3,33
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,12	3,17	3,43	3,71	3,66
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) %		59,00	70,34	47,78	44,99

Fonte: Proap

Os indicadores de desempenho operacional têm o objetivo de permitir aos gestores refletirem sobre os custos operacionais, aplicados no ensino, pesquisa e extensão. A informação apresentada nos quadros acima reflete os dados gerais da Universidade, mas os mesmos indicadores são aplicados em nível de *campus* para melhor compreender as informações de cada um.

Pode-se observar na Figura 3, que nos últimos cinco anos o custo corrente da UFT aumentou 2,5 vezes, isso se deve as políticas públicas adotadas nos últimos anos pelo Governo Federal que incentivou a ampliação de vagas nas universidades brasileiras por meio do Programa Reuni, assim a UFT investiu na melhoria e ampliação dos prédios, contratou mais professores e técnicos.

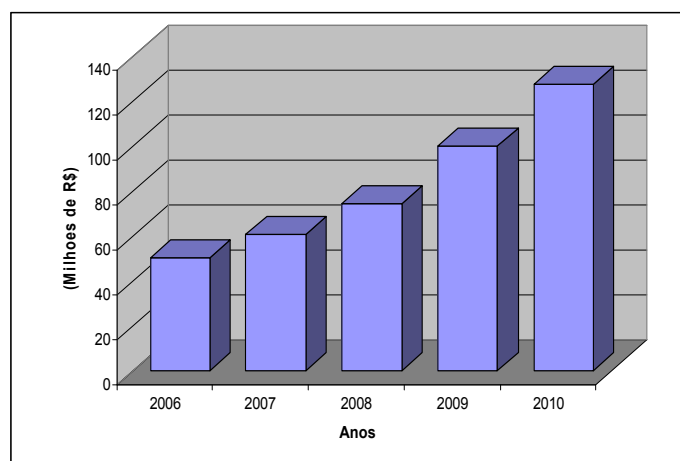


Figura 3– UFT – Custo corrente – 2006 a 2010

Na Figura 4, podemos observar que o aumento no custo corrente da UFT (investimento em educação) resultou no aumento do número de matrículas no ano, o que pode ser interpretado como um uso adequado dos recursos, uma vez que o número de alunos na Universidade aumentou, nada mais natural que custo corrente aumente na mesma proporção.

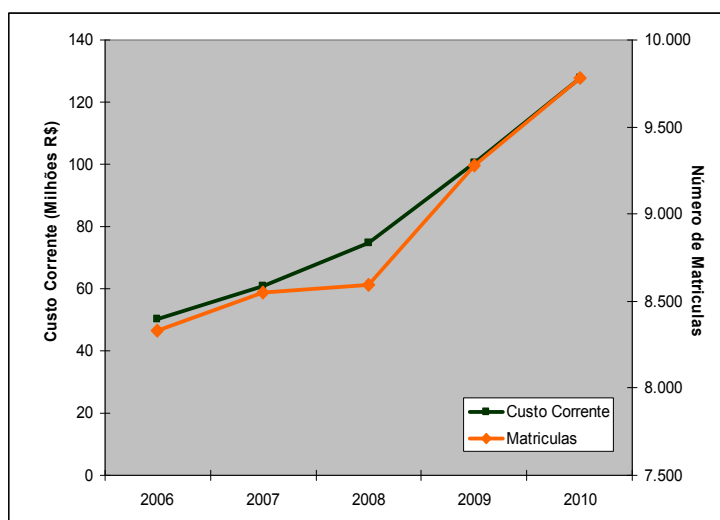


Figura 4– UFT – Relação entre custo corrente e matrículas – 2006 a 2010.

Na Figura 5 está representado o número de servidores (professores e técnicos administrativos) por ano. Pode-se observar que o número de servidores técnicos administrativos tem crescido mais rapidamente nos últimos anos, isso se deve ao aumento da necessidade de servidores para atuar nas áreas fins, como biblioteca e laboratórios. Esse aumento maior nos últimos anos também está relacionado à implantação dos cursos novos, mas também, a uma adequação maior à realidade da universidade que em anos anteriores tinha um quantitativo muito abaixo do ideal para executar suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

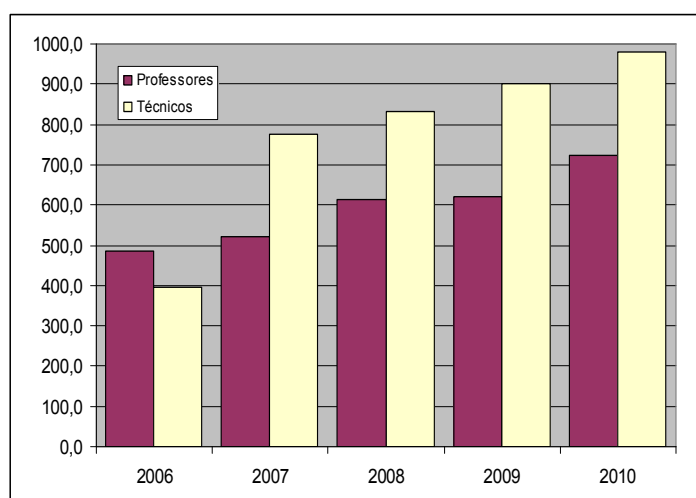


Figura 5 - UFT – Número de Professores e Técnicos Administrativos – 2006 a 2010

Uma dos indicadores de decisão mais importantes é a taxa de sucesso na graduação. A taxa de sucesso na graduação demonstra, em média, o quanto dos alunos que ingressaram na UFT conseguiu concluir no período regulamentar deste curso (DPC – duração padrão do curso). O valor da TSG para o ano de 2010 (0,40) foi menor que o ano anterior (0,48).

É importante destacar que inúmeros fatores interferem nesse resultado da TSG, que fogem das possibilidades de gestão da UFT, principalmente a carência de professores, a diminuição do número de professores substitutos, resultando no cancelamento de muitas disciplinas e assim atrasando a formatura de alguns alunos, a média de anos para a conclusão do curso de graduação pelos nossos discentes, que é superior ao tempo mínimo.

Outro fator que foi detectado para uma diminuição da TSG, é o fato de que quando os indicadores são enviados ao TCU (por volta de final de janeiro, início de fevereiro), nem todos os alunos concluintes foram computados, já que muitas vezes há um número considerável fazendo disciplinas de verão para se formarem, muito em virtude dos problemas colocado no parágrafo anterior.

Isso foi detectado no ano de 2010, quando da coleta de dados para este relatório. Para o relatório de gestão de 2009 foi informado um número de 773 diplomados, quando foi coletado o número de alunos diplomados de 2010, foi detectado que o número de alunos diplomados em 2009 passou para 866, essa diferença se deve a alunos que se formaram depois da coleta de dados para o relatório de Gestão 2009 do TCU e que por terem se formado em um semestre referente a 2009, não puderam ser computados como alunos diplomados em 2010, o que acaba sendo uma informação perdida, ou seja, a UFT teve 93 alunos diplomados que não constaram em nenhum Relatório de Gestão do TCU.

Nesse caso verifica-se uma diferença de 12% no número de alunos diplomados realmente em 2009, valor esse, que poderia elevar a TSG de 2009 em aproximadamente cinco pontos percentuais, alterando-se o valor de 48% para 53%.

Para o ano de 2010, verifica-se o mesmo fenômeno, em que a Prograd informou um grande número de alunos formando fazendo disciplinas de verão que serão concluídas após o término da coleta e envio dos indicadores ao TCU. Em janeiro quando foram enviados os indicadores de Gestão foi informada uma TSG de 40,25%, mas que agora verifica-se que o valor é de 44,99% (como indicado no quadro 26), uma acréscimo de mais de 10% na taxa de sucesso da Universidade.

Pode-se destacar outros fatores para essa TSG relativamente baixa, entre eles, o não atendimento às expectativas por parte do aluno em relação ao curso que iniciou, fazendo com que o abandone ou vá

para outro curso, simplesmente porque não se identificou com o mesmo. A deficiente formação básica e de nível médio do aluno que entra na universidade, que faz com que ele tenha uma maior dificuldade de assimilar conteúdos, o que leva a um desestímulo por parte dele e o abandono do curso, muito comum em cursos da área de engenharia e ciências exatas. Também pode-se colocar a condição socioeconômica dos alunos, que muitas vezes não permite a sua permanência na universidade sendo forçado a ingressar no mercado de trabalho sem a qualificação adequada.

Atualmente a Universidade tem trabalhado para diminuir o impacto desses fatores que inibem o aumento da TSG investindo na capacitação dos docentes da Universidade, aumentando o número de doutores e mestres no seu quadro permanente. A execução de programas do Governo como o Parfor para capacitação de docentes da rede pública de ensino visa também amenizar essas dificuldades, e por último, os programas de assistência estudantil como o programa de bolsa permanência que tem como objetivo principal garantir uma renda mínima para que o aluno não tenha que deixar seu curso por motivos financeiros.

6. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

A seguir são apresentadas as informações sobre recursos humanos da Universidade Federal do Tocantins.

O quadro 27 apresenta a composição dos servidores ativos, por lotação, ingressos e egressos em 2010.

Quadro 27 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	1332	1290	206	76
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	1332	1292	206	76
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1332	1286	206	73
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	4	4	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	69	36	35	36
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	76	76	2	-
1.4.1 Cedidos	9	9	2	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	62	62	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	5	5	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	150	148	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	30	30	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	25	25	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
2.2.4 Sem vínculo	3	3	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	120	118	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	120	118	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total				

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Humano - Coordenação de Pessoal/Proad

No quadro 28 apresenta os servidores inativos da UFT, situação apurada em 31 de dezembro de 2010.

Quadro 28 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	3	1
1.1 Voluntária	2	1
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	1
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	5	1
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsório	3	1
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Humano - Coordenação de Pessoal/Proad

No quadro 29 apresenta a relação do quadro de pensionistas da UFT.

Quadro 29 - Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	4	0
2. Proporcional	0	0

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Humano - Coordenação de Pessoal/Proad

No quadro 30 apresenta os dados referentes aos estagiários na UFT.

Quadro 30 - Composição do quadro referente a estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim	*	*	*	*	*
<input type="checkbox"/> Área Meio	*	*	*	*	*
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim	36	36	36	36	281.664,00
<input type="checkbox"/> Área Meio	47	47	47	47	367.728,00

Fonte: Diretoria de Assuntos Estudantis / Proest

* Os contratos de estágio disponíveis na UFT, são em sua totalidade destinados aos estudantes dos cursos de graduação da instituição, e, por esse motivo não existem contratos de estágio para o nível superior. Informamos ainda que a quantidade de contratos anuais é fixa, e, portanto, quando um estagiário é desvinculado outro ocupa automaticamente seu lugar.

Em relação ao quadro A.5.7 da portaria 277 de 2010, infelizmente a UFT não tem nenhum mecanismo de extração dessa informação nesse nível de detalhamento. Para tanto, os quadros no item 3 deste relatório que tratam de cada elemento de despesa aponta os gastos com pessoal.

6.1 Detalhamentos dos Contratos de Terceirização de Serviços

O quadro 31 apresenta os contratos de limpeza e conservação

Quadro 31 - Contrato de serviço de limpeza e conservação: 23/2010

TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL ANUAL
Copeira	11	R\$ 172.614,00
Garçom	1	R\$ 18.108,72
Servente de Limpeza	139	R\$ 2.193.187,08
Artífice de Jardinagem	62	R\$ 1.117.537,44
Encarregado	11	R\$ 204.580,32
Artífice de Manutenção	11	R\$ 325.386,96
Trabalhador Rural	6	R\$ 127.320,48
TOTAL DO CONTRATO	241	R\$ 4.158.735,00

Fonte: Dirad/Proad

O quadro 32 apresenta os dados de contrato de serviços de vigilância

Quadro 32 - Contrato de serviços de vigilância: 18/2009

Tipo de Posto	QTDE de postos	QTDE de funcionários	Valor Unitário (R\$)	Valor Semestral (R\$)
24 horas armado	10	40	7.753,75	465.225,00
12 horas noturno armado	8	16	4.053,50	194.568,00
24 horas motorizado armado	4	16	8.406,65	201.759,60
24 horas desarmado	8	32	7.739,70	371.505,60
12 horas diurnas desarmado	16	32	3.693,22	354.549,12
TOTAL	46	136		
TOTAL GERAL MÊS				264.601,22
TOTAL GERAL SEMESTRAL				1.587.607,32

Fonte: Dirad/Proad

O quadro 33 apresenta as informações sobre o contrato de recepcionistas.

Quadro 33 - Contrato de serviço de recepcionistas 24/2010

Item	Unidade administrativa	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)	Global Anual (R\$)
1	Reitoria	20	1.242,44	24.848,80	298.185,60
2	Campus de Palmas	19	1.242,44	23.606,36	283.276,32
3	Campus de Arraias	6	1.194,41	7.166,46	85.997,52
4	Campus de Gurupi	7	1.242,44	8.697,08	104.364,96
5	Campus de Miracema	6	1.194,41	7.166,46	85.997,52
6	Campus de Araguaina	9	1.242,44	11.181,96	134.183,52
7	Campus de Porto Nacional	6	1.194,41	7.166,46	85.997,52
8	Campus de Tocantinópolis	6	1.194,41	7.166,46	85.997,52
TOTAL		79	-	97.000,04	1.164.000,48

Fonte: Dirad/Proad

O quadro 34 apresenta as informações sobre o contrato de serviço de motorista.

Quadro 34 - Contrato de serviço de motorista nº 24/2008

Item	Tipo de Serviço	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Semestral (R\$)
1	Encarregado	1	3.227,96	3.227,96	19.367,76
2	Encarregado II	1	1.792,42	1.792,42	10.754,52
3	Motorista I BSB	1	2.798,75	2.798,75	16.792,50
4	Motorista II	19	2.433,73	46.240,87	277.445,22
5	Motorista II	2	2.405,83	4.811,66	28.869,96
6	Motorista III	1	2.622,73	2.622,73	15.736,38
7	Motoboy	1	1.989,02	1.989,02	11.934,12
8	Tratorista	2	1.792,42	3.584,84	21.509,04
TOTAL		28		67.068,25	402.409,50

Fonte: Dirad/Proad

O quadro 35 apresenta os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro 35 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome:														
UG/Gestão:					CNPJ:									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	V	O	18/2009	08609047/0001-69	18/05/2009	18/05/2011	-	-	136	136	-	-	P	
2010	L	O	23/2010	04.795.101/0001-57	04/10/2010	03/10/2011	243	243	-	-	-		A	
Observação:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Dirad/Proad

O Quadro 36 apresenta os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Quadro 36 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Universidade Federal do Tocantins													
UG/Gestão: 26251/						CNPJ: 05.149.726/0001-04							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	024/2010	07.241.070/0001-80	2010	2011			68	68			A

Observação:

LEGENDA**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DDH/Proad

O Quadro 37 apresenta a distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.

Quadro 37 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
024/2010	1	68	CAMPI E REITORIA UFT
23/2010	3	4	UFT - Campus de Palmas
23/2010	7	93	UFT - Campus de Palmas
23/2010	3	2	UFT - Campus de Araguaína
23/2010	7	54	UFT - Campus de Araguaína
23/2010	3	1	UFT - Campus de Gurupi
23/2010	7	29	UFT - Campus de Gurupi
23/2010	3	1	UFT - Campus de Porto Nacional
23/2010	7	30	UFT - Campus de Porto Nacional
23/2010	3	1	UFT - Campus de Arraias
23/2010	7	9	UFT - Campus de Arraias
23/2010	3	1	UFT - Campus de Miracema
23/2010	7	9	UFT - Campus de Miracema
23/2010	3	1	UFT - Campus de Tocantinópolis
23/2010	7	8	UFT - Campus de Tocantinópolis

18/2009	8	22	UFT – Campus de Araguaína
18/2009	8	56	UFT – Campus de Palmas
18/2009	8	20	UFT – Campus de Gurupi
18/2009	8	18	UFT – Campus de Porto Nacional
18/2009	8	8	UFT – Campus de Arraias
18/2009	8	6	UFT – Campus de Tocantinópolis
18/2009	8	6	UFT – Campus de Miracema

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Dirad/Proad

6.2. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Atualmente a UFT ainda não dispõe de indicadores gerenciais de recursos humanos. Devido a sua forte ampliação nos últimos anos o DDH tem buscado dar condições mínimas de funcionamento para cada setor da universidade e dos campi, mas está na sua agenda discutir esses indicadores.

6.3. Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Apesar de um pequeno aumento de técnico-administrativos e docentes na universidade durante o ano de 2010, o quadro de servidores ainda está muito aquém do necessário para atender as crescentes demandas da Universidade.

A UFT aproveitou de maneira bastante abrangente as oportunidades lançadas pelo governo federal por meio dos programas de expansão das universidades federais, especialmente o Programa REUNI e, em um curto espaço de tempo, ampliou seu número de cursos de 23 de graduação e apenas 1 mestrado, para 43 cursos de graduação, 9 programas de mestrado e 1 doutorado, além de outros que estão em fase de elaboração.

Todo esse processo de desenvolvimento tem demandado um esforço considerável de seu quadro de pessoal para manutenção, em bom nível, das práticas de gestão adequadas em função da dimensão que a Universidade tomou, tornando muito mais complexo e abrangente seu processo de gerenciamento, que não foi acompanhado por uma expansão de pessoal proporcional.

Mesmo imprimindo um forte processo de ampliação de seus serviços de tecnologia da informação, a UFT tem a necessidade premente de técnico-administrativos para atuarem na área meio, principalmente, na área administrativa.

Do mesmo modo, faltam professores para ministrar diversas disciplinas que não podem ser oferecidas devido à carência desse profissional. Apenas a título de exemplo, no ano de 2010, o curso de medicina, que sequer formou a primeira turma e que tem grande relevância estratégica para a área social do Estado, teve grande parte de suas atividades paralisadas por falta de professores.

Além da disponibilidade de códigos de vaga abaixo do necessário, e dado uma conjuntura de mercado, aliada aos salários oferecidos para docentes nas instituições federais de ensino superior, em muitos concursos abertos para docentes na UFT não ocorre o preenchimento de vagas por não comparecer ninguém para concorrer ou com concorrentes que não demonstram qualificação para a docência. Essa situação se evidencia, principalmente, nas áreas de engenharia civil e elétrica, ciências da computação, medicina e direito, onde os profissionais podem obter salários mais atraentes na iniciativa privada ou até em outros órgãos públicos. Pode-se dizer, também, que para alguns cargos de técnico-administrativos esse princípio também se aplica.

A estrutura *multi-campi*, com *campi* a mais de 500 km da sede, Palmas, exige uma replicação da estrutura organizacional central, gerando, por consequência, a necessidade de um quantitativo maior de servidores nas áreas de gestão. Por outro lado, uma das funções sociais básicas da Universidade é oferecer o acesso à educação universitária fora dos grandes centros, possibilitando um maior acesso à população carente.

Outro problema evidenciado no setor de recursos humanos na UFT é a perda de servidores para outros setores da administração pública, principalmente no que se refere a pregoeiros, técnicos que receberam um alto investimento em qualificação e treinamento por esta Instituição e que são deslocados, mediante requisições de concessão obrigatória, para outras instituições, destacando, nesse caso, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Aqui, verifica-se que a UFT, apesar de estar sempre na medida de suas limitações investindo em capacitação, comumente perde seus profissionais mais gabaritados para outras instituições públicas, principalmente, por concurso público, devido à baixa remuneração da carreira dos servidores vinculados ao Ministério da Educação, havendo grande dificuldade em fixar esse servidor em nosso quadro permanente.

Essa carência de servidores tem reflexos em diversos setores, implicando na inibição de vários projetos de importância social relevante; dificuldades de cumprimento de prazos legais para análises

processuais, incluindo os relativos às demandas dos órgãos de controle interno e externo, além das demandas judiciais; e paralisações intermitentes do fluxo processual em diversos setores que compõem a estrutura administrativa da Universidade.

Ainda em relação ao quadro docente, o cenário para o ano de 2011 não é nada animador, em virtude dos cortes apresentados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Cursos novos do REUNI, que estão em fase de implantação, correm o risco de terem suas atividades comprometidas uma vez que foram liberadas apenas vagas temporárias para a contratação de docentes e não para o quadro efetivo, como pactuado anteriormente, o que torna menos atrativa a captação de bons profissionais e depõe contra a qualidade dos serviços finalísticos oferecidos.

Apesar das dificuldades apresentadas aqui, a universidade tem atuado de maneira resiliente para contornar todos esses problemas da melhor forma possível e tem feito um trabalho intenso junto ao MEC na busca da ampliação da quantidade e na melhoria da qualidade dos servidores da Instituição.

Em contraponto às dificuldades supracitadas, a ampliação e melhoria da estrutura física da Universidade nos três últimos anos têm melhorado as condições gerais de trabalho dos servidores, trazendo reflexos positivos aos serviços oferecidos à comunidade acadêmica.

7. FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO DA UFT

No quadro 38 é apresentado o funcionamento da unidade de controle interno da UFT, como visto no organograma no início do relatório, é chamado de auditoria interna (AUDIN).

Quadro 38 - Estrutura de controles internos da UFT

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Considerações gerais:</p> <p>Considerando que a avaliação apresentou como maioria de respostas a afirmação de que o fundamento descrito é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria, pode-se concluir que a instituição apresenta uma estrutura de controle interno consideravelmente satisfatória, entretanto, apesar disso existem ainda pontos que devem ser melhorados para que se possa alcançar a excelência.</p> <p>Assim, devem ser melhorados os pontos de identificação e tratamento dos riscos para que possam ser geradas informações necessariamente úteis para a tomada de decisões, além de melhorar a comunicação entre os níveis hierárquicos, facilitando o conhecimento por todos os componentes da estrutura organizacional.</p> <p>Ainda deve ser aprimorado o aspecto do monitoramento, principalmente devido às diversas mudanças que ocorreram na estrutura da unidade de auditoria interna, que fizeram com que o monitoramento se tornasse pouco eficaz.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Audin

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS

O exercício de 2010 foi de grandes mudanças no modo das aquisições de bens e serviços da Universidade Federal do Tocantins. No sentido de observar as normativas vigentes, diversas práticas foram adotadas para acompanhar o conceito de sustentabilidade ambiental nas compras públicas.

A Procuradoria Jurídica da UFT tem colaborando no processo de reformulação dos editais, e orientando como deve ocorrer a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços.

Ocorre que o processo de elaboração do instrumento convocatório diversas vezes é demasiado complexo, e inserir as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade se torna uma tarefa árdua. Por isso o atendimento da Instrução Normativa n. 01/2010 está acontecendo de forma gradual e com responsabilidade, para não ferirmos a competitividade entre os licitantes e ir de encontro a princípios basilares como a igualdade ou julgamento objetivo da licitação.

No entanto, algumas práticas já estão sendo adotadas. Podemos citar, por exemplo, alguns processos que ocorreram discussão e implantação acerca de exigências de natureza ambiental. Vejamos alguns exemplos práticos:

1) Aquisição de Cartuchos e Torners - Processo 23101.001533/2010-56 - PREGAO 19/2010. Inicialmente, foi prevista a possibilidade de aquisição de cartuchos reciclados, de forma a atender o inciso I, art. 5º da IN-SLTI 01/2010. No entanto, setor técnico apresentou laudo refutando a possibilidade da adoção de tais exigências, justificando que poderia ocasionar prejuízos nos equipamentos da entidade. Ainda assim, foi inserida a possibilidade de apresentação de cartuchos e toners compatíveis, reduzindo os preços em relação aos originais.

2) Aquisição de condicionadores de ar - Processo 23101.001588/2010-66 - PREGAO 16/2010. Na maioria dos equipamentos exigimos que fosse apresentado o Selo Procel de Economia de Energia Classe A, de forma a reduzir o consumo de energia da Universidade. Além disso, os equipamentos deveriam possuir a tecnologia “inverter” e utilizarem apenas gás ecológico. No presente processo houve diversas impugnações ao instrumento convocatório, com o argumento de que algumas exigências de natureza ambiental restringiam demasiadamente a competitividade. O edital foi reformulado para ampliar a competitividade, mas mantendo as exigências de natureza ambiental.

3) Serviços de Manutenção Predial - Processo 23101.000823/2010-82 - Pregão 07/2010. No presente processo, com o auxílio da Procuradoria Jurídica da UFT, inserimos diversas cláusulas de natureza ambiental no instrumento convocatório. Para ilustrar reproduzimos abaixo uma das obrigações do licitante vencedor, que traduz a observância da contratação à IN-SLTI 01/2010, especialmente nos art. 5º e seguintes.

172. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes e substituição por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

d) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades devendo os produtos, quando descartados, ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

f) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

g) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

h) A CONTRATANTE deverá encaminhar os inservíveis, abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista tratarem-se de passivo ambiental que resulta sério risco ao meio ambiente e à saúde pública.

Nas aquisições de bens e serviços de informática, a Portaria SLTI/MP nº 02 de 16 de março de 2010, que dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional está sendo observada nas compras da Universidade sempre que cabível.

A portaria estabelece que as especificações constantes no endereço <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/especificoes-tic> devem ser observadas. Ocorre que muitos computadores são adquiridos pelo Sistema de Registro de Preços e as especificações dos bens são aquelas utilizadas por outros órgãos ou entidades. Assim, nem sempre as especificações padrão constante do site sugerido na portaria são seguidas, mas isso apenas ocorre devido as peculiaridades existentes em cada aquisição. Nos processos de aquisição dos bens de Tecnologia da Informação sempre existe justificativa para a adoção do Sistema de Registro de Preços, e consequentemente as especificações adotadas por outros órgãos da Administração Pública.

No entanto, com o objetivo de aprimorarmos cada vez mais as aquisições, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, juntamente com o Núcleo de Manutenção e Planejamento Estratégico – NUMPE já foram comunicados que no exercício de 2011 deverão adquirir preferencialmente bens que observem as especificações constantes do endereço eletrônico constante da portaria, quando não for o caso de Sistema de Registro de Preços.

Por fim, registramos algumas propostas que serão implantadas no exercício de 2011:

- Criação de comitê para o uso racional de recursos;
- Adoção do banco de editais sustentáveis da SLTI;
- Adoção das boas práticas de sustentabilidade ambiental registradas pela SLTI;
- Capacitação dos servidores na conscientização ambiental.

O quadro 39 apresenta a situação da instituição no que se refere à gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Quadro 39 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		

6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? FOLDERS E COMUNICAÇÕES NO SITE INSTITUCIONAL, REUNIÕES.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? PALESTRAS E COMUNICAÇÕES NO SITE INSTITUCIONAL		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Proad

9. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”

A UFT tem sob sua responsabilidade apenas bens de uso especial sob sua responsabilidade, não possui imóveis locados por terceiros, assim como também não possui imóveis no exterior de nenhuma natureza. A relação dos imóveis da UFT, por município, pode ser visualizada no quadro 40.

Quadro 40 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UFT	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Tocantins		
	Araguaína	23	25
	Arraias	4	4
	Gurupi	13	15
	Miracema	3	4
	Palmas	22	28
	Porto Nacional	9	13
	Tocantinópolis	8	9
Subtotal Brasil		82	98
EXTERIOR	A UFT não possui imóveis no exterior	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		82	98

Fonte: Proad/Dirad

10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1 Planejamento da área

O ano de 2010 foi marcado pela criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, composto por representantes de todas as pró-reitorias e diretorias vinculadas diretamente ao gabinete do reitor, tendo como principal função o alinhamento das ações das unidades de TI. Com os objetivos das demais unidades organizacionais, sendo esses devidamente balizados pelas diretrizes previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Após a instalação do comitê gestor de TI, iniciou-se a criação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UFT que se trata de instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. Inicialmente as equipes de TI definiram algumas premissas estratégicas como:

- Missão e Visão
- Catalogo de Serviços
- Ameaças e Oportunidades
- Fraquezas e Forças
- Valores
- Metas Estratégicas

Após essa etapa de definições foi possível perceber a necessidade de implantação de algumas ferramentas de gestão consideradas primordiais para a elaboração de um Plano Diretor de TI efetivo, listadas abaixo:

- Inventário de TI
 - Levantamento de todos os Ativos de TI como: Computadores, equipamentos de Redes, servidores, espaço em disco, softwares instalados e etc.
 - Ferramenta atualizada de forma colaborativa com todos os responsáveis pela TI da UFT. Para aperfeiçoar esse processo, foi sugerido a emissão de relatórios por campi e a vinculação da participação de eventos a colaboração no processo de atualização da ferramenta.
- Diagnostico de RH
 - Foi realizado um questionário para levantamento bem como a compilação dos dados.
- Segurança da Informação
 - Em 2010 iniciou-se o processo de implantação das políticas de segurança da informação. Um técnico da DTI participou de um curso junto a escola superior de

redes e ministrou para a comunidade acadêmica uma palestra sobre a importância da segurança da informação para instituição. Atualmente essa é a única ação referente a segurança da informação.

- Catálogo de Serviço
 - Orientação dos Clientes
 - Orientação para avaliação de serviços
 - Delimitação da ação da DTI
 - Demonstração de resultados
 - Diagnostico interno para DTI
 - Base para pesquisa de satisfação
 - O mapeamento de todos os processos existentes dentro da TI

10.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

Atualmente a DTI conta com 25 técnicos envolvidos diretamente no desenvolvimento de suas atividades, conforme os quadros 41 e 42.

Quadro 41 – Quantitativo de recursos humanos na DTI pela escolaridade

Técnico	Graduação	Especialização	Mestrado	Total
6	11	8	1	25

Quadro 42 – Quantitativo de recursos humanos na DTI pelo vínculo

Concursado	Contrato	Total
23	2	25

O diagnóstico de RH apresentado expõe uma séria deficiência do Departamento de TI da UFT, a escassez de pessoal para atender uma demanda cada vez mais crescente por serviços de TI, somando-se a um cenário de contra-partida de pessoal por conta dos órgãos responsáveis pelo aumento de vagas de TI deficitária, impõem uma grave lentidão na capacidade de respostas às necessidades dos usuários por parte do departamento citado. Um forte indicador desse aumento da demanda por serviços de TI é o aumento de número de computadores, há cerca de 3 anos a UFT contava com aproximadamente 800 computadores hoje já ultrapassa o quantitativo de 1300 computadores pulverizados em 7 campi sendo 6 no interior do Estado do Tocantins, alguns casos a quase 500 km de distância da capital.

Para a UFT prestar um serviço adequado, o crescimento do quadro de pessoal deveria acompanhar o crescimento da demanda, para tal devíamos ter um acréscimo de pessoal de no mínimo 60% para que possa atender minimamente essa demanda.

10.3 Contratações e aquisições de materiais e serviços de TI

Em 2010, fora realizadas três licitações, sendo duas contratações de serviços e um aquisição de materiais. Por meio de adesão à Ata (SRP) de outros órgãos, fez outras três aquisições. Ainda, participou de instrução de 1 aquisição e instruiu 1 licitação para contratação de serviço, que ainda está em andamento, conforme dispõe o quadro 43.

Quadro 43 – Contratações e aquisições de materiais e serviços para TI

CONTRATO / PREGÃO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR
CONTRATO 014/2010	Contratação da empresa Philips Business Conications para Locação e Manutenção de 09 Centrais Telefônicas Digitais CPCT IP/CPA-T, do tipo PABX, equipada com VoiP e Interfaces GSM;	SERVIÇOS	01	670.000,00
CONTRATO 028/2010	Contratação da empresa VIVO S/A para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) institucional;	SERVIÇOS	01	100.000,00
CONTRATO 031/2010	Participação na contratação da empresa Globaltask Tecnologia para fornecimento de Infra-estrutura de comunicação sem fio, com tecnologia Wireless, em conformidade e para implantar o projeto Tocantins Digital;	INFRA-ESTRUTURA	01	16.350.000,00
ATA 013/2010	Registro de Preço, firmado com a empresa HCR Comércio e Serviços LTDA – EPP, para eventual aquisição de 30 Aparelhos Telefônicos Móveis (Celular);	APARELHOS	01	7.499,70
CARONA PREGÃO 14/2010 UASG 153065	Aquisição de 150 Fones de Ouvido, fornecidos pela empresa Damaso Comércio e Serviços, para atender às atividades administrativas da UFT e o Laboratório de idiomas de Araguaína (CIMBA); Adesão ao Pregão 14/2010 (SRP), realizado pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (UASG: 153065).	APARELHOS	01	7.498,50
CARONA PREGÃO 64/2009 UASG 153052	Aquisição de 59 Aparelhos de Fac-Símile, fornecidos pela empresa União Digital; 300 Aparelhos Telefônicos Convencional e 81 Telefones Sem Fio, fornecidos pela empresa Hermes S/A; e 40 Câmera de Vídeo (tipo WebCam), fornecidas pela empresa Renatech Eletrônicos e Informática. Materiais para atender às atividades administrativas da UFT; Adesão ao Pregão 64/2009 (SRP), realizado pela Universidade Federal de Goiás - UFG (UASG: 153052).	APARELHOS	01	40.623,04
CARONA PREGÃO 13/2009 UASG 154359	Aquisição de 300 Microsoft Office STD 2010 ALNG MVL - Select Academic, que visa atender às atividades administrativa do órgão, naquilo que não for possível ser atendido com software livre; Adesão ao Pregão 13/2009 (SRP), realizado pela Universidade Federal do PAMPA - UNIPAMPA (UASG: 154359).	SOFTWARE	01	28.827,00

Fonte: DTI

10.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Sistema de Informações para Ensino (SIE) – Implantação de Módulos e Funcionalidades

Orçamento e Compras:

Módulo Licitações e Compras: Implantação do Módulo e Treinamento dos servidores do setor de compras e todos os usuários envolvidos nas aplicações do módulo.

Solicitação de Material e Serviço (SMS); Solicitação de Diárias; Definição Fluxo da SMS; Processo de Compras

Módulo Administração Orçamentária e Financeira: Implantação do Módulo e Treinamento dos servidores do setor de contabilidade e todos os usuários envolvidos nas aplicações do módulo. (Teste em Ambiente virtual idêntico ao em produção).

Implantação dos seguintes sub-módulos: Cadastro básico; Detalhamento de Despesas; Unidade orçamentária; Fonte de Recursos; Digitação da LOA; Cadastro de Empenho; Recepção de Material e Serviço.

Módulo Acadêmico

Exportação dos candidatos do vestibular para o SIE: Estudo de importação de informações de vestibulares e seus respectivos aprovados para integrar a base de dados dos alunos do SIE, tornando-se um facilitador na matrícula e gerenciamento dos mesmos.

Conceitos de notas da Pós-Graduação: Realização de alterações nos conceitos de notas dos cursos e alunos de Pós-Graduação, de acordo com regimento interno e demais resoluções inerentes.

Implantação módulo do RH:

Treinamento e visão geral do RH: Para o treinamento dos servidores, que trabalham com o lançamento dos dados no sistema, foram elaboradas apostilas explicativas sobre os procedimentos a serem executados em cada um dos sub-módulos implantados.

Implantação de sub-módulos: Foram implantados, no módulo RH, os seguintes sub-módulos:

Lançamento de licenças; Lançamento de progressões; Lançamento de afastamentos; Lançamento de averbações; Lançamento de nomeações; Lançamento de Titulações.

Biblioteca:

Carteira de leitor da biblioteca: Foram realizados os procedimentos para a impressão de carteirinhas dos usuários das bibliotecas, incluindo levantamento de custos, equipamentos e materiais necessários.

Envio automático de e-mail aos leitores: Foi configurado um serviço de envio automático de e-mails para quando o usuário da biblioteca devolve o livro (email de comprovante) ou quando a sua reserva fica disponível para retirada (email de aviso).

PingIfes (MEC)

Coleta, transferência e comparação de informações da UFT, contidos na base de dados do SIE, para a base de dados do PingIfes (sistema de coleta de dados do MEC).

Censo INEP (MEC)

Transferência e inserção de dados, contidos no SIE, previamente filtrados e conferidos para o Censo de Ensino Superior (INEP/MEC).

Desenvolvimento WEB**Catálogo de serviço**

O catálogo de serviço de TI foi lançado durante o primeiro semestre de 2010 dentro da intranet da UFT, onde é listado de forma dinâmica as informações sobre uso e solicitações, e podem ser acessados através da WIKI da intranet.

Ambiente de gestão de conteúdo

Registro de Diplomas

feita a análise e levantamento das informações para o sistema. Alguns cadastros já estão concluídos, faltando os níveis de usuários e controle de livros. O setor está utilizando as ferramentas Google, para facilitar a importação dos dados para o sistema.

Portal do Aluno

Feito em parceria com a Prograd o levantamento de requisitos, análise dos dados e necessidade de integração do sie, com os dados da copese. Estudo das principais tabelas do Sie para utilização na migração.

Disponibilização de confirmação de matrícula: Feito. O relatório de confirmação de matrícula já está disponível para os alunos.

Avaliações on-line: Foi feita a implementação do sistema de avaliações de professores (estágio probatório) e de disciplinas on-line (realizado semestralmente).

Acesso a sistemas

Intranet

Menu Dinâmico: Utilizando uma ferramenta disponível no mercado foi implantado um menu dinâmico. Disponibilizou a opção para esconder os itens dos menus da intranet.

Sistema de gerenciamento de incidentes e ocorrências

Repositório Institucional

Todo estudo da legislação e elaboração da normativa foi executado mas ainda não passou pelo conselho superior para homologação e assim dar inicio a implantação técnica do repositório institucional.

Portal do Ex-aluno

Desenvolvido o site para o ex-aluno com vários serviços disponíveis. A alimentação das informações deste site ficou a cargo da Prograd.

Sasbic – Sistema de gerenciamento de projetos e bolsas Pibic

Realizou-se em 2010 a Implementação de envio de relatórios parcial e final; Envio de confirmação via e-mail e submissão de plano de trabalho e de relatório parcial e final; Geração de código de confirmação; Adição de funcionalidades (consultar, remover e exportar plano de trabalho e relatório); Retificação de plano de trabalho (substituição do aluno); Relatórios customizados;

Bolsa Permanência

Foi totalmente reestruturado. Adequação para que o sistema atendesse às solicitações de bolsas da Propesq, Proex e Prograd, com suas especificidades.

Consulta e reserva de livros:

O novo serviço de pesquisa web das bibliotecas da UFT foi criado para atender alunos, professores e servidores, bem como outros usuários da internet interessados em conhecer os itens que constam nos acervos. Além da pesquisa, o serviço também oferece a possibilidade de reservas e renovações de empréstimos, junto com um demonstrativo da situação de empréstimos e reservas diretamente na web.

O novo serviço de pesquisa web tem por objetivos a redução das filas nos balcões de atendimento das bibliotecas da UFT e o aumento da comodidade dos usuários das mesmas bibliotecas.

10.5 Quadro de desempenho das atividades de TI

O quadro 44 apresenta as informações resumidas de TI conforme solicitado pela portaria 277/2010 do TCU.

Quadro 44 - Gestão de TI da UFT

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	25				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			

Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	16%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: DTI

11. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

O quadro 45 apresenta a utilização de cartões por parte da Instituição.

Quadro 45 – Demonstrativo de suprimento de fundos 2010

Numero SF	Descrição da Ocorrência	Responsável	Valor Empenhado	Valor Gasto
SF 01;SF 06; SF 08	Despesa de pequeno vulto com aquisição de materiais para reparos no Campus Universitário de Tocantinópolis.	Eliseiu Riscarolli	2.400,00	2.044,57
SF 03	Despesa de pequeno vulto com aquisição de materiais para reparos no Campus Universitário de Miracema.	Celia Maria Grandini	1000,00	594,00
SF 04	Despesa de pequeno vulto com aquisição de materiais para reparos no Campus Universitário de Araguaína.	Atila Milhomem	1000,00	486,50
SF 02; SF05; SF07	Despesa de pequeno vulto com aquisição de materiais para reparos no Campus Universitário de Gurupi.	Tatiane de Sousa Soares Borges	3.000,00	2.444,25
TOTAL GERAL			7.400,00	5.569,32

Fonte: Proad

12. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A seguir estão relacionados as determinações e recomendações indicadas pelo TCU e o órgão de controle interno e as medidas adotadas pela UFT.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	030.657/2008-2	3489/2009 – 2ª Câmara	9.4	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52702
Descrição da Deliberação:					
Com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c 268, II, do Regimento Interno do Tribunal, aplicar ao Sr. Alan Kardec Martins Barbiero multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete					94338
Síntese da providência adotada:					
Foi apresentado ao Tribunal de Contas da União – TCU o pedido de reexame, requerendo o seu recebimento nos efeitos devolutivo e suspensivo, e sua distribuição à autoridade competente, bem como intimação do respectivo despacho.					
Síntese dos resultados obtidos					
Expedição, pelo TCU, do Acórdão 7557/2010 – Segunda Câmara, o qual em seu item 9.1 conhece do pedido de reexame e, no mérito, nega-lhe provimento					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A gestão utilizou-se do fato de que a Administração pode ser provocada a revê seus atos, através de instrumentos jurídicos específicos e, solicitou judicialmente o pedido de reexame da decisão da Corte de Contas buscando amenizar os danos causados à Instituição.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	030.657/2008-2	3489/2009 – 2ª Câmara	9.5	DE	

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins		52702
Descrição da Deliberação:		
Autorizar, desde já, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e art. 219, II, do Regimento Interno do Tribunal, caso não seja atendida a notificação		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Gabinete		94338
Síntese da providência adotada:		
Foi apresentado ao Tribunal de Contas da União – TCU o pedido de reexame, requerendo o seu recebimento nos efeitos devolutivo e suspensivo, e sua distribuição à autoridade competente, bem como intimação do respectivo despacho.		
Síntese dos resultados obtidos		
Expedição, pelo TCU, do Acórdão 7557/2010 – Segunda Câmara, o qual em seu item 9.1 conhece do pedido de reexame e, no mérito, nega-lhe provimento		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
A gestão utilizou-se do fato de que a Administração pode ser provocada a revê seus atos, através de instrumentos jurídicos específicos e, solicitou judicialmente o pedido de reexame da decisão da Corte de Contas buscando amenizar os danos causados à Instituição.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	030.657/2008-2	3489/2009 – 2ª Câmara	9.6	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52702
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Fundação Universidade Federal do Tocantins que a aperfeiçoe o planejamento e a programação de suas futuras licitações, de maneira a evitar a ocorrência de contratações emergenciais embasadas no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração e Finanças					94342
Síntese da providência adotada:					
Com vistas a melhorar o planejamento e a programação das compras e aquisições no âmbito da Universidade, a Coordenação de Recursos Materiais implantou uma nova metodologia através da qual as compras são realizadas por grupos de materiais (mobiliários, equipamentos laboratoriais, materiais de consumo etc) e de acordo com o calendário de compras, elaborado também para aperfeiçoar o planejamento das aquisições.					
Síntese dos resultados obtidos					
As aquisições e licitações da Universidade estão sendo mais bem planejadas e as contratações emergenciais evitadas					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Diante da efetiva e breve expansão que a Universidade apresentou, na ânsia de atender todas as demandas que surgiram, inconscientemente utilizou-se de mecanismos deveras errôneos, não com o intuito de burlar ou desrespeitar a legislação, mas tão somente de atender as necessidades eminentes com o objetivo de solucionar imediatamente os problemas de falta de equipamentos, espaço físico e até mesmo de pessoas na área de apoio da instituição, como trabalhadores para limpeza e vigilância.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	017.050/2005-9	672/2009 – Plenário	9.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52702
Descrição da Deliberação:					
<p>Com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e art. 45 da Lei 8.443/93, fixar o prazo de 150 (cento e cinquenta dias), a contar da notificação, para que as entidades e os órgãos abaixo relacionados dêem exato cumprimento à lei para apurar, nos termos da Lei 8.112/90 e 9.784/99, a responsabilidade dos servidores, indicados em relação, a ser encaminhada anexa a este acórdão, pela acumulação de cargos de professor optante pelo regime de dedicação exclusiva, de que tratam os arts. 14 e 15 do Decreto 94.664/87, devendo, caso necessário, instaurar sindicância ou processo administrativo, bem como providenciar a devolução dos valores recebidos indevidamente nos termos da lei: Comando do Exército, Comando da Aeronáutica, Comando Aéreo Regional, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Instituto Benjamim Constant, Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí, Centro Federal de Educação Tecnológica de Nilópolis – RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, Escola Técnica Federal de Palmas, Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Maria/RS, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Roraima, Fundação Universidade Federal do Tocantins, Universidade Federal de Campina Grande/PB, Faculdades Federais Integradas de Diamantina/MG, Centro Federal Educação Tecnológica Celso S. Fonseca/RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica Minas Gerais, Centro Federal de Educação</p>					

Tecnológica do Paraná, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de Lavras/MG, Universidade Federal de Rondônia, Fundação Universidade do Amazonas, Fundação Universidade de Brasília, Fundação Universidade do Maranhão, Fundação Universidade de Rio Grande/RS, Fundação Universidade Federal de Uberlândia/MG, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG, Fundação Universidade Federal de Pelotas/RS, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Viçosa/MG, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Fundação Universidade Federal do Amapá, Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL, Escola Agrotécnica Federal de Manaus/AM, Escola Agrotécnica Federal de Crato/CE, Escola Agrotécnica Federal de Iguatu/CE, Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim/PE, Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG, Escola Agrotécnica Federal de Sombrio/Município Santa Rosa do Sul/RS, Escola Agrotécnica Federal Senhor do Bonfim/BA, Fundação Nacional de Saúde, governo do Ex-Território do Amapá, Governo do Ex-Território de Rondônia, Comando da Marinha e Escola Naval.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete	94338
Síntese da providência adotada:	
Abertura de Processos Administrativos Disciplinares para apuração das responsabilidades dos servidores indicados	
Síntese dos resultados obtidos	
Servidora Noêmia dos santos P. Moura – ficou constatada a não acumulação de cargos; servidor Eudes Antônio da Costa – providenciada devolução de valores recebidos indevidamente; servidor Odair Vieira dos Santos – providenciada devolução de valores recebidos indevidamente; servidora Regina Célia Padovan – instauração de PAD-Rito Sumário; servidora Marilene Andrade F. Borges - instauração de PAD-Rito Sumário; servidor Paulo Fernando de Melo Martins – ficou constatada a não acumulação de cargos; servidor Aires José Pereira – ficou constatada a não acumulação de cargos; servidora Doriane Braga Nunes Bilac – servidora apresentou opção pelo cargo de dedicação exclusiva; servidor Marcos Edilson de A. Clemente - instauração de PAD-Rito Sumário; servidor Francisco Edivirges Albuquerque - ficou constatada a não acumulação de cargos.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Com a emissão do acórdão em questão, a instituição dispôs de mais um meio para controlar as possíveis acumulações ilegais de cargos públicos, sendo que os casos citados foram devidamente analisados e apurados, combatendo assim o pagamento irregular de proventos bem como diminuindo gastos desnecessários aos cofres públicos.	

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	017.050/2005-9	672/2009 – Plenário	9.3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52702
Descrição da Deliberação:					

Encaminhem a este Tribunal, para cada servidor nomeado, relatórios circunstanciados, acompanhados de cópia, na íntegra, dos procedimentos adotados.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração e Finanças	94342
Síntese da providência adotada:	
A Diretoria de Desenvolvimento Humano é responsável por encaminhar os relatórios circunstanciados, inclusive como cumprimento ao Termo de Ajustes de Conduta assinado entre a Universidade e o Ministério Público Federal	
Síntese dos resultados obtidos	
Com a prática descrita acima, os controles administrativos internos tornam-se mais eficazes e eficientes.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Mesmo com o tempo empregado para a confecção dos relatórios circunstanciados, a instituição tem a ganhar com a adoção desta medida, uma vez que aumenta-se o controle interno administrativo das atividades relacionadas com o assunto e fica mais difícil a ocorrência de erros que possam prejudicar a gestão da universidade.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	030.652/2008-6	2816/2009 – 2ª Câmara	9.3.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52702
Descrição da Deliberação:					
Abstenha-se de promover contratações temporárias de professores, quando a vaga for motivada por designação de docente para funções de confiança, situação não amparada no § 1º do artigo 2º da Lei 8.745/93					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração e Finanças					94342
Síntese da providência adotada:					
Foi firmado, entre a Universidade Federal do Tocantins e o Ministério Público Federal um termo de ajustamento de conduta no qual a Universidade fica comprometida a encaminhar ao MPF e ao TCU, ao final de cada semestre letivo, até 30 de agosto e 28 de fevereiro, pelo prazo de 2 (dois) anos, relação sumária dos contratos efetivados, identificando : a) o professor substituto e o substituído; b) a motivação legal da substituição; c) processo seletivo e sua publicação; d) as datas de início, fim e de prorrogação do contrato, se houver; e e) o atendimento à limitação imposta no art. 2º, § 2º, da Lei nº 8.745/93.					
Síntese dos resultados obtidos					
Houve um crescente controle e melhor planejamento para a contratação de professores substitutos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

A assinatura do Termo de Ajuste de Conduta entre a Universidade e o Ministério Público Federal contribuiu para a correta adoção das medidas necessárias, além do atendimento das solicitações da Corte de Contas.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	030.652/2008-6	2816/2009 – 2ª Câmara	9.3.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52702
Descrição da Deliberação:					
Observe o limite definido no § 2º do referido diploma legal, em relação ao quantitativo de professores temporários					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração e Finanças					94342
Síntese da providência adotada:					
Observe o limite definido no § 2º do referido diploma legal, em relação ao quantitativo de professores temporários					
Síntese dos resultados obtidos					
Houve um crescente controle e melhor planejamento para a contratação de professores substitutos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A assinatura do Termo de Ajuste de Conduta entre a Universidade e o Ministério Público Federal contribuiu para a correta adoção das medidas necessárias, além do atendimento das solicitações da Corte de Contas.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52705
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	030.652/2008-6	2816/2009 – 2ª Câmara	9.3.3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins					52702
Descrição da Deliberação:					
Atente para os ditames do artigo 96-A da Lei 8.112/90					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração e Finanças					94342

Síntese da providência adotada:
Atente para os ditames do artigo 96-A da Lei 8.112/90 nos pedidos de afastamentos para programas de pós-graduação strictu sensu, em especial doutorados, evitando concessões indiscriminadas que resultem em demandas significativas para substituições excepcionais.
Síntese dos resultados obtidos
Houve um crescente controle e melhor planejamento para a contratação de professores substitutos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A assinatura do Termo de Ajuste de Conduta entre a Universidade e o Ministério Público Federal contribuiu para a correta adoção das medidas necessárias, além do atendimento das solicitações da Corte de Contas.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins			52705
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	230964	3.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à unidade de auditoria interna da UFT que atenda as recomendações já expedidas por esta unidade de controle interno para a melhoria de seus trabalhos, notadamente no que se refere à delimitação do escopo e à organização dos seus papéis de trabalho; com relação a estes últimos, a unidade de auditoria interna deve juntar a eles evidências que fundamentem suas opiniões e resultados e elaborar sumários que indiquem a sua localização, permitindo, assim, fácil rastreabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A responsável pela unidade, à época da recomendação, assim respondeu à CGU: "1. A maioria das ações de auditoria interna programadas para o exercício de 2010 contempla informações que serão extraídas de sistemas de informações financeiras, orçamentária, patrimonial e de pessoal, assim, no período de elaboração do PAINT (outubro-janeiro) não dispomos de dados do exercício seguinte para podermos explicitar, quantificar ou demonstrar a amplitude dos exames no escopo das ações programadas, haja vista, a liberação do orçamento anual ocorrer aproximadamente no mês de fevereiro de cada ano. Desta forma, adotamos no escopo da ação o critério de relevância e materialidade, e, no momento da execução da mesma, quantificamos de forma mais específica e detalhada no programa de auditoria. No que diz respeito às demais ações, adotaremos os procedimentos recomendados por essa Controladoria Geral da União nos próximos trabalhos a ser realizados pela AUDIN. 2. No que diz respeito à pontuação acima, quanto às evidências para os achados de auditoria, informamos que ao iniciar um determinado Planejamento das ações de			

Auditoria, primeiramente fazemos contato com os Centros de Custos para verificar as demandas existentes e as reais necessidades. Para enfim, direcionarmos as verificações pontualmente especificadas para cada caso e então incluí-las no PAINT. Já com relação à organização dos papéis de trabalho, tentaremos implementar a recomendação, para tanto, solicitamos desta Controladoria orientação técnica no sentido de viabilizar este trabalho.”

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Apesar da rotatividade de servidores na coordenação da unidade, as recomendações citadas foram rigorosamente seguidas quando da elaboração do planejamento para o ano de 2011 e, quanto aos papéis de trabalhos, desde 2010, passou-se a autuar processos administrativos para cada ação ou atividade desenvolvida pela AUDIN, visando melhorar o controle dos papéis de trabalho, fazendo com que todos os documentos relacionados a determinado trabalho fiquem armazenados e arquivados em um único processo, facilitando sua consulta e aprimorando os controles administrativos da unidade, além de proceder também com a elaboração de índices, os quais indicam exatamente a localização dos papéis dentro dos processos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins			52705
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	230964	3.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade de Auditoria Interna da UFT que norteie seus trabalhos pelas ações previstas no PAINT, e, para as ações previstas e não realizadas, registre no RAINTE os motivos pelos quais não foram realizadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O total cumprimento das ações previstas no PAINT ficou prejudicado principalmente devido a alternância de servidores na coordenação da unidade de auditoria interna.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Para que o problema fosse sanado, optou-se por um planejamento mais enxuto, com delimitações mais específicas e áreas de atuação mais direcionadas, para que se consiga cumprir todos os trabalhos que foram propostos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Tocantins			52705
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	230964	3.1.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna			
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendamos à Unidade de Auditoria Interna da UFT que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. leve em consideração, quando da realização das auditorias, as denúncias e demandas oriundas de setores da própria entidade e destinadas à auditoria interna; 2. elabore os relatórios de auditoria de forma a constar, na conclusão, uma avaliação sobre o programa ou setor examinado que auxilie o gestor na tomada de decisões; 3. evite responder as consultas formuladas por setores da universidade sem a adequada utilização das normas de auditoria; 4. encaminhe as consultas sobre legalidade ou legitimidade de aplicação de dispositivos de normas para a assessoria jurídica da entidade. 			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A responsável pela unidade, à época da recomendação, assim respondeu à CGU: “Ao criarmos o ‘Relatório de Assessoria’ e ‘Relatório de Acompanhamento’, a intenção foi aprimorar nossas ferramentas de trabalho com o intuito de sistematizar as atividades a cargo da Auditoria Interna desta Universidade. Talvez nos equivocamos em termos de nomenclatura, porém reafirmamos que nosso objetivo foi criar mecanismos para acompanhar e assessorar a Administração Superior e cós Centros de Custo. Assim sendo, doravante denominaremos ‘Formulário de assessoramento’ e ‘Formulário de Acompanhamento’, pois como leciona o professor Djalma de Pinhos Rebouças de oliveira ‘o formulário é um importante instrumento de comunicação, tramitação e registro de informações que contribuem de forma fundamental para o bom funcionamento dos Sistemas e Métodos Administrativos.’”</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A função de assessoria e acompanhamento das demandas apresentadas pela Universidade passaram a ser incorporadas aos trabalhos de auditoria de forma a orientar o centro de custos nas respostas às recomendações feitas pela unidade de auditoria interna ou mesmo pelo órgão de controle interno e, ainda, as consultas de caráter jurídico que são encaminhadas à AUDIN são imediatamente direcionadas ao setor responsável, ou seja, a assessoria jurídica da instituição.</p>			

13. MEDIDAS TOMADAS PARA AS RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

A seguir, são relacionadas as determinações e recomendações indicadas pela unidade de controle interno e as medidas adotadas pela instituição.

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação completa		
Fundação Universidade Federal do Tocantins		
Recomendações da Unidade de Auditoria Interna		
Recomendações expedidas pela Unidade de Auditoria Interna		
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria
12	23101.002072/2010-39	2072/10-01
Centro de Custo objeto da Recomendação		
Coordenação de Contratos - CCON		
Descrição da Recomendação:		
<p>Recomendamos que o representante da Administração anote em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;</p> <p>Recomendamos ao setor de contratos que autue um único processo quando se tratar do mesmo contrato;</p> <p>Recomendamos que seja feito um treinamento e/ou reciclagem dos fiscais designados, visando sempre a melhoria dos procedimentos administrativos adotados por estes servidores;</p> <p>Recomendamos a leitura do Manual de Licitações e Contratos disponível no site do TCU, principalmente a parte sobre fiscalização de contratos, encontrada no endereço eletrônico http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/porta/TCU/comunidades/licitacoes_contratos.</p>		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		
Coordenação de Contratos - CCON		
Síntese da providência adotada		
<p>A Coordenação de Contratos, através do MEMO/UFT/PROAD/DIRAD/CCON nº 65/2011, de 10 de fevereiro de 2011, informou à Unidade de Auditoria Interna as medidas que foram adotadas para que fossem anotadas em registro próprio todas as ocorrências relativas aos contratos e, para isso, foram criados formulários de Registro de Ocorrências e Relatório Mensal de Acompanhamento do Contrato.</p>		

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação completa		
Fundação Universidade Federal do Tocantins		
Recomendações da Unidade de Auditoria Interna		
Recomendações expedidas pela Unidade de Auditoria Interna		
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria
13	23101.002846/2010-21	2846/10-01
Centro de Custo objeto da Recomendação		
Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF		
Descrição da Recomendação:		
Recomendamos que seja observada a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, quanto à numeração das páginas e a falta de rubricas nas mesmas.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		
Coordenação de Convênios e Suprimento de Fundos		
Síntese da providência adotada		
A Coordenação de Convênios e Suprimentos de Fundos adotou as providências recomendadas pela Unidade de Auditoria Interna.		

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação completa		
Fundação Universidade Federal do Tocantins		
Recomendações da Unidade de Auditoria Interna		
Recomendações expedidas pela Unidade de Auditoria Interna		
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria
14	23101.001170/2010-59	1170/10-01
Centro de Custo objeto da Recomendação		
Diretoria de Desenvolvimento Humano - DDH		
Descrição da Recomendação:		
Recomendamos que seja anexado ao processo declaração do cônjuge, servidor público federal, de que não usufrui do mesmo benefício;		
Recomendamos que seja comprovada a relação de parentesco entre o servidor e a criança em idade compatível com o recebimento do auxílio;		
Recomendamos que seja alterado o formulário disponível no <i>site</i> da Universidade, mudando a idade para percepção do benefício para 6 (seis) anos incompletos (5 anos, 11 meses e 29 dias)		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		
Coordenação de Pessoal		

Síntese da providência adotada
O formulário disponível no <i>site</i> foi alterado e foram apresentadas as documentações comprobatórias para atender às recomendações.

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação completa		
Fundação Universidade Federal do Tocantins		
Recomendações da Unidade de Auditoria Interna		
Recomendações expedidas pela Unidade de Auditoria Interna		
Ordem	Processo	Relatório de Auditoria
15	23101.002941/2010-25	2941/10-01
Centro de Custo objeto da Recomendação		
Diretoria Administrativa – DIRAD		
Descrição da Recomendação:		
<p>Diante das constatações apresentadas e enviadas a cada centro de custos responsável pelos empenhos através de notas de auditoria, constatamos que os trabalhos desempenhados pela Coordenação de Recursos Materiais estão resultando em redução dos saldos de restos a pagar não processados. Contudo esse controle deverá ser intensificado levando-se em consideração a prorrogação de prazo, evitando assim, a consequente perda dos créditos orçamentários em questão. Já a execução dos restos a pagar processados apresentou-se de forma satisfatória, tendo em vista sua efetivação total, conforme registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.</p> <p>Desta forma, recomendamos que atente para o Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010 que prorroga, até 30 de abril de 2011, o prazo da validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 e que continue a realizar o acompanhamento mensal dos mesmos, de forma a prevenir a ocorrência de prejuízos para a Universidade</p>		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		
Coordenação de Recursos Materiais - CRM		
Síntese da providência adotada		
A Coordenação de Recursos Materiais está acompanhando mensalmente a execução dos restos a pagar.		

14. RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES

No quadro 46 estão relacionados os projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio à Universidade (FAPTO).

Quadro 46 - Relação dos projetos desenvolvidos pela Fundação de Apoio (FAPTO)

Nº DO CONTRATO/CONVÊNIO	OBJETO	VALOR	VIGÊNCIA	RECURSOS HUMANOS / FINANCEIROS E MATERIAIS DA UFT
CONVÊNIO: 01.10.0036.00	Análise de Viabilidade Técnica e Econômica de uma Casa Sustentável em Palmas/TO	395.259,96	25/02/2010 a 26/02/2013	-
CONTRATO: 30/2010	Implementação e oferta dos cursos de Educação para Diversidade	862.868,45	01/01/2011 a 30/11/2011	13.140,25
CONTRATO: 48-A/2010	Concurso Público para provimento de cargos de servidores no quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Araguaína.	218.400,00	22/04/2010 a 24/04/2011	9.384,00
CONTRATO: 25/2010	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Transporte Escolar Rural	2.486.000,00	26/10/2010 a 25/10/2011	-
CONVÊNIO: 01.10.0627.00	Desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação da UFT	3.351.394,00	06/12/2010 a 06/12/2013	-
CONTRATO: 01/2010	Capacitar conselheiros do Conselho Municipal de Educação, para que este torne-se uma efetiva instância de proposição, fiscalização e normatização das práticas educacionais e se fortaleça enquanto locus de mediação entre o poder público e a sociedade afim de se alcançar uma gestão democrática da educação pública	114.417,35	15/02/2010 a 15/02/2011	1.452,25
CONTRATO: 06/2010	Planejamento e realização do Concurso Público para selecionar os candidatos	148.000,00	24/03/2010 a 24/03/2011	7.670,00
CONVÊNIO: 01.0.0293.00	Implantação de Centros de Pesquisa Científica e Tecnológica em Novos Campi da UFT	2.499.900,00	10/06/2010 a 10/05/2013	125.049,17

Fonte: Fapto

15. RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

15.1 Sindicância

A seguir é apresentado um resumo dos processos de sindicância instaurados na UFT no ano de 2010.

Número do processo:	23101.000334/2010-21				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
Numero e data do Ato:	Nº	618	Data: 29/03/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar postura profissional de servidor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000665/2010-61				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
Numero e data do Ato:	Nº	594	Data: 26/03/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar postura profissional de servidor				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000738/2010-14				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	649	Data: 31/03/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível irregularidade referente ao aproveitamento de crédito de aluno				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000692/2010-33				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	668	Data: 06/04/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar denuncia sobre descaso e descumprimento das atividades de docente				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000633/2010-65				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	668	Data: 06/04/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000679/2010-84				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
		Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	668	Data: 06/04/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/> Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:		Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)	
		Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000946/2010-13				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
		Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	865	Data: 27/04/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de denúncias dos alunos contra a postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:		Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)	
		Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001103/2010-34				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
		Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	991	Data: 13/05/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar postura profissional de servidor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
		Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:		Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)	
		Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001482/2010-62				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.237	Data: 16/06/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar denuncia sobre postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Número do processo:	23101.001109/2010-10				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.396	Data: 01/07/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível vício de banca de concurso para professor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Número do processo:	23101.001522/2010-76				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.395	Data: 01/07/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível vício de banca de concurso para professor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Número do processo:	23101.001542/2010-47				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.398	Data: 01/07/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível vício de banca de concurso para professor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)	
	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001542/2010-47				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.398	Data: 01/07/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível vício de banca de concurso para professor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)	
	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001309/2010-64				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.397	Data: 01/07/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível vício de banca de concurso para professor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)	
	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001496/2010-86 e 23101.001236/2010-19				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.618	Data: 06/08/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível irregularidade no cumprimento de carga horária e postura profissional de servidor				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em		Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001541/2010-01				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.662	Data: 13/08/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível acúmulo ilegal de cargos e postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em		Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000672/2010-62				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.694	Data: 17/08/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar responsabilidade por perda de material didático				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em		Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001875/2010-76				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.778	Data: 25/08/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.002147/2010-81				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.777	Data: 25/08/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000921/2010-10				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.853	Data: 09/09/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar postura profissional de docente				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001460/2010-01				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.280	Data: 24/11/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar morosidade no andamento do processo de solicitação de prorrogação de prazo para afastamento				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.002569/2010-57				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.046	Data: 13/10/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possíveis irregularidades na contratação de pessoal				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.002058/2010-35				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.281	Data: 24/11/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar denúncia de adulteração de notas das atas de concurso publico para professor.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.002584/2010-03				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.282	Data: 25/11/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível irregularidade na reprovação de discente				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.002217/2010-10				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.284	Data: 25/11/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível irregularidade na reprovação de discente				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.002250/2010-21				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>				Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.283	Data: 25/11/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível irregularidade na reprovação de discente				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.003416/2010-27				
Tipo de Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.355		Data: 02/12/2010	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível impropriedade administrativa				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em		Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

15.2 Processos Administrativos Disciplinares

A seguir é apresentado um resumo dos processos administrativos disciplinares instaurados na UFT no ano de 2010.

Número do processo:	23101.000738/2010-14				
Tipo de Processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.888		16/09/2010	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possíveis ilícitos administrativos cometidos por servidor				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em		Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.003061/2010-76				
Tipo de Processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.378	03/12/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar vício de banca examinadora no concurso para professor				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.000607/2010-37				
Tipo de Processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	1.612	06/08/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abandono de cargo				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001149/2010-53				
Tipo de Processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo-disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.111	27/10/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível acúmulo ilegal de cargos				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em	<input type="checkbox"/>	Processo julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Número do processo:	23101.001142/2010-31				
Tipo de Processo		Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador	x	Portaria		Ordem de Serviço	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº	2.309		26/11/2010	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar possível acúmulo ilegal de cargos				
Situação do processo:	x	Instrução			Indiciamento
		Processo encaminhado para julgamento em			Relatório
Julgamento:		Processo julgado			
		Absolvição	Apenação	Instauração de PAD (na hipótese de Julgamento: sindicância)	
		Penalidade Prescrita		Arquivamento	
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE:		Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

16. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

Nos itens abaixo faremos uma breve discussão sobre os programas institucionais da UFT e sua contribuição com a construção de uma universidade justa, de responsabilidade social para o estado.

16.1. Programa de Formação de Professores para Educação Básica do Estado do Tocantins – PARFOR

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins, desde o 1º semestre de 2010, e tem como meta prioritária contribuir para a formação dos professores, que atuam em sala de aula sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 ou que atuam fora da área de formação.

Na Universidade Federal do Tocantins (UFT), o Plano Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica (PARFOR) foi instituído por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Para que tal proposta fosse elaborada, buscou-se junto à Secretaria Estadual de Educação o diagnóstico e identificação das necessidades de formação de profissionais da educação e, a partir desses dados foram definidas as ações com o intuito de se propor um plano de oferta de cursos nas áreas de maior déficit de formação.

O quadro 47 apresenta os cursos e vagas ofertadas nesse programa no ano de 2010.

Quadro 47 – Cursos e vagas oferecidos no programa - PARFOR 2010

LICENCIATURAS	Campus	Oferta 2010/1	Oferta 2010/2	Matriculados até 2010 (1)
GEOGRAFIA	ARAGUAINA	80	40	66
HISTÓRIA		40	40	41
LÍNGUA PORTUGUESA		80	0	72
LÍNGUA INGLESA		40	0	22
PEDAGOGIA		0	40	36
MATEMÁTICA		40	40	59
PEDAGOGIA	ARRAIAS	80	0	41
MATEMÁTICA		80	80	23
BIOLOGIA	GURUPI	0	40	22
GEOGRAFIA		0	40	25
MATEMÁTICA		0	40	31
PEDAGOGIA	MIRACEMA	40	0	41
EDUCAÇÃO FÍSICA		0	40	35
HISTÓRIA		0	40	21
ARTES	PALMAS	40	40	30
INFORMÁTICA		0	0	0

FILOSOFIA		40	40	0
MATEMÁTICA		0	40	21
PEDAGOGIA		40	40	63
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PORTO NACIONAL	30	30	47
HISTÓRIA		80	40	27
GEOGRAFIA		40	40	20
LÍNGUA PORTUGUESA		80	40	36
LICENCIATURA EM LÍNGUA INGLESA		40	40	28
CIÊNCIAS SOCIAIS	TOCANTINÓPOLIS	40	40	0
PEDAGOGIA		80	40	94
TOTAL		990	790	901

(1) Os números da coluna representam a somatória dos estudantes ingressos no 1º e no 2º semestres de 2010.

Fonte: Prograd

16.2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é financiado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objetivo do PIBID é induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério às diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007) e aos princípios estabelecidos na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no seu art. 31).

Considerando que durante o período de vigência dos subprojetos são desenvolvidas muitas ações tanto nas escolas de Educação Básica quanto na Universidade e que os estudantes envolvidos devem, além de participar ativamente dessas ações, inscrever-se e participar de eventos, palestras, minicursos com vistas à sua formação docente, foi destinado ao Programa como contrapartida o valor de R\$ 7.000,00. Nos quadros 48 e 49 são apresentados o número de bolsistas, o valor pago em bolsas e a verba de custeio desse projeto em 2010.

Quadro 48 - Número de participantes do PIBID, por curso e campus

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID						
	Cursos	Campus	Alunos	Supervisor	Coordenador	Total
Edital 2009	Química	Araguaína	20	2	1	23
	Pedagogia	Arraias	20	2	1	23
	Pedagogia	Miracema	20	2	1	23
	Artes	Palmas	20	2	1	23
	Filosofia		20	2	1	23
	Pedagogia		20	2	1	23
	Pedagogia	Tocantinópolis	20	2	1	23
	Total	7	5	140	14	7
			140	14	7	161

Fonte: Prograd

Quadro 49 - Valores pagos das bolsas do PIBID do mês de abril a outubro de 2010

CUSTO PARA A CAPES - Edital 2007 - abril/10 a outubro/10				
Bolsista	Valor da Bolsa	Nº de Bolsistas	Valor Investido / mês	Valor Investido / período (7 meses)
Aluno	400,00	47	18.800,00	131.600,00
Supervisor	765,00	9	6.885,00	48.195,00
Coordenador de Área	1.400,00	9	12.600,00	88.200,00
Coordenador Institucional	1.500,00	1	1.500,00	10.500,00
Total		66	39.785,00	278.495,00

Fonte: Prograd

16.3. Programa de Capacitação e qualificação dos Servidores da Universidade

As ações de Capacitação compreendem o conjunto de ações pedagógicas, compreendidas como aperfeiçoamento, vinculadas ao planejamento institucional, que visam promover, de forma continuada, o desenvolvimento integral dos servidores para que melhor desempenhem suas atividades e o papel de servidores públicos. As ações de capacitação fazem parte da educação não formal e objetivam a atualização e o aprofundamento do conhecimento.

São consideradas como modalidades de capacitação as ações presenciais e ou à distância, assim definidas como cursos e eventos de curta duração. Essa capacitação poderá ser feita por meio das modalidades: Capacitação Interna e Capacitação Externa.

Existem também as ações de Qualificação, que compreendem o processo baseado na experiência ou em ações de ensino-aprendizagem, relativas à educação formal, através do qual o trabalhador, tendo em vista o planejamento institucional e o seu desenvolvimento na carreira, adquire conhecimentos e habilidades que contribuam para o desenvolvimento das atividades em que está em exercício.

O quadro 50 apresenta as atividades realizadas para capacitação interna e externa, assim como as de qualificação.

Quadro 50 - Capacitação de Servidores

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Capacitação interna – servidor multiplicador	402	22.800,00	84	20.865,42
Capacitação Externa	187	130.151,00	80	126.147,76
Qualificação	189	40.936,75	182	31.116,85
Total	778	193.888,50	346	178.130,03

Fonte: DDH/Proad

16.4 Programa Institucional de Monitoria – PIM

O Programa Institucional de Monitoria (PIM) contempla atividades de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas pelos alunos da graduação e orientadas por professores, que contribuem para a formação acadêmica do estudante. O Programa tem como objetivos melhorar os indicadores de ensino-aprendizagem no âmbito escolar, proporcionar condições de permanência e de sucesso dos alunos no processo ensino-aprendizagem e contribuir para o envolvimento dos alunos nas atividades de docência, de pesquisa e de extensão.

O Programa Institucional de Monitoria tem se revelado de extrema importância para a permanência e sucesso dos ingressantes, que chegam à Universidade com grande deficiência nas áreas de linguagem, de exatas e biológicas e constitui-se de dois tipos de monitores: remunerado e não remunerado. No quadro 51 apresenta a evolução do programa de 2009 a 2010.

Quadro 51 – Bolsistas de Monitoria

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsistas Remunerados	114	126.397,60	142	150.517,41
Bolsistas Não-Remunerados	167	0,00	199	0,00
Total	281	126.397,60	341	150.517,41

Fonte: Prograd

16.5 Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI

O PIMI objetiva facilitar a inclusão do aluno indígena nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo dessa forma, para a sua permanência e sucesso acadêmico. Para que seja efetuado o acompanhamento dos estudantes indígenas, a UFT instituiu uma bolsa para os monitores, que buscam contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o sucesso desses estudantes na graduação.

A UFT possui 136 indígenas matriculados em seus cursos de graduação. A monitoria é realizada por grupos de alunos indígenas de um mesmo curso. A cada grupo de 05 alunos, em média, é disponibilizado um monitor que acompanha o estudante indígena em suas atividades de leitura, entendimento de textos, elaboração dos trabalhos e esclarecimentos de dúvidas sobre os conteúdos abordados em sala de aula.

No quadro 52 pode-se verificar o número de bolsistas desse programa.

Quadro 52 – Bolsas PIMI

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsas Remuneradas	30	65.050,00	36	36.328,34

Fonte: Prograd

16.6 Programa Educação Tutorial – PET

O Programa de Educação Tutorial – PET proposto pela Secretaria de Educação Superior – SESu e Coordenação-Geral de Relações Estudantis (CGRE), da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior (DIPES), do Ministério de Educação – MEC, tem como objetivo principal fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas, acadêmicas e extensionistas dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Os grupos são constituídos por um docente e um grupo de até 12 alunos bolsistas e podem contar também com professores colaboradores. Ao acadêmico é concedida uma bolsa no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) e após 02 anos de efetiva participação, os alunos recebem um certificado. Durante o ano de 2009 e início de 2010, o Programa constitui-se de 04 grupos PET, sendo eles: Ciências Econômicas com 04 alunos bolsistas e 02 não bolsistas, Engenharia Ambiental com 04 alunos bolsistas, Engenharia de Alimentos com 12 alunos bolsistas e Pedagogia constituído por 12 alunos bolsistas e 01 não bolsista, sendo que cada grupo possui um professor tutor que coordena e supervisiona as atividades do grupo e dos alunos. Ao final de 2010, foram aprovados novos grupos PET vinculados aos cursos de Engenharia Elétrica, Ciências Naturais (Química, Física e Biologia); e os PET - Conexões de Saberes de Porto Nacional e Araguaína.

No quadro 53, são apresentados os números referentes ao ano de 2009 e 2010.

Quadro 53 – Programa PET

Atividades	2009	2010
	Quantidade	Quantidade
Número de PET	4	8
Número de Tutores	4	8
Alunos Bolsistas	32	48

Fonte: Prograd

16.7 Programa Educação de Semanas Acadêmicas

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários em parceria com as Coordenações de Cursos promovem anualmente as Semanas Acadêmicas, como atividades de extensão, que visa desenvolver nos alunos (as) atitudes ligadas ao aprimoramento do conhecimento profissional,

científico, tecnológico, artístico e cultural, bem como atitudes inerentes aos aspectos de organização e participação em eventos.

Com o intuito de aumentar os conhecimentos acadêmicos e científicos são convidados conceituados professores pesquisadores de Universidades, Centros de Pesquisas, Institutos Federais, Organizações Não Governamentais para abordar assuntos pertinentes à formação o grupo responsável pela ação, Semana Acadêmica. Na Universidade Federal do Tocantins são tratadas como um Programa Institucional, que direciona recursos para sua efetivação. No quadro 54 são apresentadas as metas físicas atingidas e o valor destinado nos anos de 2009 e 2010.

Quadro 54– Programa de Semanas Acadêmicas

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Semanas Acadêmicas	24	114.941,92	29	38.397,54

Fonte: Proex

O valor reduzido para esse programa pode ser justificado pelo menor número de passagens dadas para cada semana acadêmica, em que somente pode vir um palestrante por evento.

16.8 Programa Bolsa Permanência

O Programa Bolsa Permanência é uma das políticas de assistência estudantil e destina-se aos acadêmicos de graduação da UFT, comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica para o aperfeiçoamento profissional e cultural. Tem como objetivos contribuir com a permanência do acadêmico na universidade e minimizar as dificuldades de ordem socioeconômica; bem como o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando à complementação do processo de ensino e aprendizagem, baseadas no princípio da interdisciplinaridade, avaliadas e vinculadas a sua área de formação.

O Programa Bolsa Permanência compreende duas modalidades de bolsas, a Acadêmica, que tem como finalidade incentivar a participação do discente em atividades extensionistas, de pesquisa e de ensino sob a orientação de integrante da carreira docente da UFT e a modalidade Institucional, que tem por finalidade proporcionar ao estudante, sob orientação, a aprendizagem de técnicas e métodos gerenciais, bem como estimular o desenvolvimento do pensar e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas da gestão institucional.

Os bolsistas recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 372,00. No quadro 55 são apresentadas as metas físicas e valores para os anos de 2009 e 2010.

Quadro 55 – Programa Bolsa Permanência

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsas Permanência	520	3.357.936,92	668	2.294.586,00

Fonte: Proest

A diferença de valores de 2009 para 2010 se deve ao fato que parte do valor aplicado em 2009 entrou como restos a pagar para 2010.

16.9 Programa de Bolsas Estágio

O Programa Bolsa Estágio da UFT é uma atividade opcional para o aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Tem como objetivo de implementar estágios nos setores acadêmico-administrativos da Universidade, oferecidos aos estudantes de cursos de graduação da UFT.

Esse estágio objetiva propiciar vivências profissionais que estejam de acordo com a Lei de estágio no. 11.788, de 25 de Setembro de 2008, com o PPI e com o Projeto Pedagógico do curso do estagiário. O estagiário recebe, mensalmente, uma bolsa no valor de R\$ 520,00 e um auxílio transporte no valor de R\$ 132,00. No quadro 56 são apresentadas as metas físicas e valores para os anos de 2009 e 2010.

Quadro 56 – Programa Bolsa Estágio

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsas Estágios	54	322.121,42	89	544.420,00

Fonte: Proest

16.10 Programa de Auxílios para a Participação Estudantil em Atividades Acadêmicas, Científicas, Culturais E Político-Acadêmicas

Na PROEST existe o Programa de Concessão de “Auxílio Individual”, “Auxílio Viagem Individual” e do “Auxílio Transporte Terrestre Coletivo” para a participação de discentes em atividades acadêmicas, científicas, culturais e político-acadêmicas, através do Programa de Assistência Estudantil.

Essa concessão está baseada na Resolução do CONSUNI 07/2010 de 26 de março de 2010. O Programa consiste segundo essa resolução, na concessão de:

- “Auxílio Individual” e “Auxílio Viagem Individual” - auxílio financeiro e/ou passagem, sujeito à disponibilidade orçamentária, a ser pago a título individual, sendo o quantitativo, bem como o valor do auxílio a ser concedido, estabelecido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST), observadas a duração e a localização da atividade a ser desenvolvida pelo discente. As solicitações devem ser encaminhadas com até 30 dias de antecedência, e

os estudantes preenchem formulário socioeconômico através do qual será determinado se será beneficiado com o valor integral do auxílio ou apenas 50%, dependendo da renda familiar constatada. O desempenho de 2009 e 2010 desse programa pode ser visto no quadro 57.

Quadro 57– Programa de Auxílios para a Participação Estudantil em Atividades Acadêmicas, Científicas, Culturais E Político-Acadêmicas

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Auxílio Individual	-	-	1267	279.000,00
Auxílio Viagem	16	6.808,00	173	88.900,00

Fonte: Proest

Outro programa desenvolvido por essa pró-reitoria é o de “Auxílio Transporte Terrestre Coletivo” - locação de veículo de terceiros, para conduzir delegações de alunos de curso de graduação presencial regulares da Universidade Federal do Tocantins, para a participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais e político-acadêmicas. O quadro 58 apresenta o desempenho desse programa que foi criado em 2010.

Quadro 58 – Programa de Auxílio Transporte Terrestre Coletivo

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Ônibus	-	-	25	230.000,00

Fonte: Proest

16.11 Programa de Bolsas Iniciação Científica - PIBIC

No campo da pesquisa, o programa de Iniciação Científica, iniciado em 2004 com o oferecimento de 51 bolsas (sendo 30 da UFT), têm crescido nos últimos anos, chegando a 165 bolsas em 2010 (sendo 59 da UFT). Esse programa tem como objetivo incentivar o aluno a realizar pesquisa científica de modo que o mesmo possa ingressar na pós-graduação e seguir carreira docente superior ou participar de centros de pesquisa. O programa PIVIC segue as mesmas orientações do PIBIC embora o bolsista seja voluntário, tendo um aumento considerável no ano de 2010, alcançando 134 projetos voluntários. No quadro 59 são apresentados os números relativos a esse trabalho.

Pode-se verificar que o número de bolsas oferecidas pela UFT se manteve o mesmo de 2009 para 2010 e o valor teve um aumento, isso ocorreu porque em julho de 2010 a UFT aumentou a bolsa de iniciação científica de R\$ 300,00 para R\$ 360,00 para manter-se equiparada com as bolsas fornecidas pelo CNPq.

Quadro 59 – Programa de Iniciação científica (PIBIC/Cnpq, PIBIC/UFT, PIVIC)

Atividades	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsas – PIBIC/UFT	59	177.000,00	59	230.100,00
Bolsas – PIBIC/CNPq	84	252.000,00	106	457.920,00
Programa PIVIC	109	-	134	-
Número Total de participantes	252	429.000,00	299	688.020,00

16.12 Programa de Apoio Financeiro a Participação de Pesquisadores em Congresso Científicos

A Resolução do CONSEPE que criou o programa de auxílio financeiro para a participação em congressos tem como objetivo apoiar a participação de professores, alunos e técnicos administrativos em eventos científicos e artísticos no Brasil. Em 2010, houve um aumento de 22,8% no número de pessoas apoiadas pelo programa, em relação a 2009, o que indica uma continuidade da instituição em apoiar, na medida do possível, que a comunidade acadêmica exponha seus trabalhos em congressos científicos, por outro lado verifica-se uma diminuição de professores que foram contemplados com o auxílio, mas por outro lado houve um aumento no número de alunos e técnicos administrativos contemplados com algum tipo de auxílio.

Os trabalhos apoiados são selecionados, por edital próprio, por um comitê científico formado por professores doutores, pertencente as sete áreas do conhecimento. No quadro 60 são apresentados a quantidade e os valores investidos.

Quadro 60- Programa de Apoio Financeiro a Participação de Pesquisadores em Congresso Científicos

Apoio	2009		2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Professores	47	71.866,55	37	48.221,87
Alunos	22	11.459,54	39	21.635,68
Técnicos	01	4.729,72	10	5.699,59
Número Total de participantes	70	88.055,81	86	75.557,14

16.13 Professores Substitutos

Na Figura 6 é apresentado o quadro evolutivo da contratação de professores substitutos em comparação com o número total de professores equivalentes – metodologia do TCU. Esta categoria é a única forma de contratos temporários da instituição.

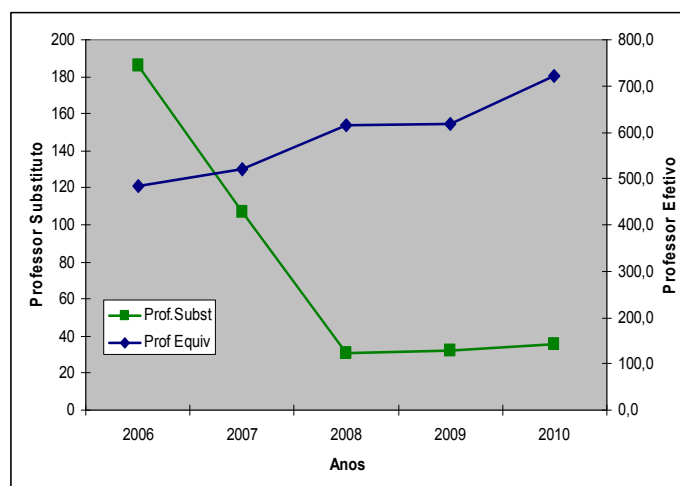


Figura 6– UFT – relação entre professor substituto e o total de professores equivalentes (Fonte: DDH/Proad)

Verifica-se que no dia 31 de dezembro de 2010 apresentava 19,4% da quantidade de professores substituto em relação ao ano de 2006, pelos motivos já exposto neste relatório.

16.14 Conclusão

As atividades apresentadas acima estão diretamente relacionadas aos objetivos planejados anualmente pela UFT e fazem parte do PDI da universidade.

ANEXOS